



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Eneva S.A.

31 de dezembro de 2020

Com relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras

SUMÁRIO

Demonstrações Financeiras

Balanço Patrimonial – Ativo	3
Balanço Patrimonial – Passivo	4
Demonstrações dos Resultados	5
Demonstrações dos Resultados Abrangentes	6
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	7
Demonstrações dos Fluxos de caixa	8
Demonstrações do Valor Adicionado	9
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	10

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

01. Contexto operacional	10
02. Licenças e autorizações	12
03. Apresentação das demonstrações financeiras	12
04. Resumo das principais práticas e políticas contábeis	13
05. Estimativas e julgamentos contábeis críticos	15
06. Informações por segmento	16
07. Caixa e equivalentes de caixa	22
08. Títulos e valores mobiliários	22
09. Contas a receber	23
10. Estoques	24
11. Impostos a recuperar e diferidos	24
12. Investimentos	27
13. Imobilizado	31
14. Intangível	36
15. Fornecedores	37
16. Impostos e contribuições a recolher	37
17. Endividamentos	38
18. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	41
19. Provisão para contingências	45
20. Provisão para obrigação de abandono	48
21. Partes relacionadas	49
22. Patrimônio líquido	50
23. Resultado por ação	51
24. Plano de pagamento baseado em ações	51
25. Receita de venda de bens e/ou serviços	53
26. Custos e despesas por natureza	55
27. Resultado financeiro	56
28. Cobertura de seguros	56
29. Compromissos assumidos	57
30. Eventos subsequentes	58

Balanco Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	275.334	1.006.475	1.384.933	1.517.583
Títulos e valores mobiliários	8	144.570	105.493	511.317	270.652
Contas a receber	9	1.413	2.150	700.964	695.181
Estoques	10	45.277	30.307	179.015	102.211
Despesas antecipadas		7.042	4.569	29.411	9.133
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	11	22.039	30.346	73.022	92.544
Outros impostos a recuperar	11	6.949	6.752	19.846	25.391
Instrumentos financeiros derivativos	18	-	-	-	6.698
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	21	62.192	24.354	-	392
Depósitos judiciais		2.229	2.290	2.412	2.473
Operações comerciais com partes relacionadas	21	140.802	21.753	-	-
Adiantamentos a fornecedores		2.171	6.249	23.070	99.202
Outros		-	-	6.412	1.660
		710.018	1.240.738	2.930.402	2.823.120
Ativos não circulantes mantidos para venda		-	-	-	2.730
		710.018	1.240.738	2.930.402	2.825.850
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Depósitos judiciais		1.882	1.489	3.770	3.355
Operações comerciais com partes relacionadas	21	139.355	253.277	51	4.845
Mútuos com partes relacionadas	21	1.673.447	538.131	-	11.863
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	11	531	57.177	6.233	61.447
Outros impostos a recuperar	11	109.996	99.269	110.243	102.076
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	11	503.142	250.452	865.059	660.077
Outros		94	109	7.485	891
		2.428.447	1.199.904	992.841	844.554
Investimentos	12	6.287.200	4.762.537	9.633	5.330
Imobilizado	13	2.413.979	2.009.892	10.946.675	8.805.604
Intangível	14	898.610	917.308	1.338.545	1.381.806
		12.028.236	8.889.641	13.287.694	11.037.294
		12.738.254	10.130.379	16.218.096	13.863.144

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanço Patrimonial

Continuação

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	15	44.523	113.604	492.456	598.155
Empréstimos e financiamentos	17	15.613	12.117	19.193	178.185
Debêntures	17	11.886	9.195	118.520	105.313
Arrendamento		25.720	23.405	34.729	31.531
Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher	16	4.394	24.947	36.998	94.147
Outros impostos a recolher	16	41.612	33.181	67.086	58.957
Instrumentos financeiros derivativos	18	-	-	2.391	7.107
Obrigações sociais e trabalhistas		34.643	17.198	49.070	27.854
Participações nos lucros		51.255	51.053	78.947	73.417
Contas a pagar - setor elétrico		-	-	12.455	11.922
Pesquisa e desenvolvimento - setor elétrico	25 (e)	-	-	82.603	79.705
Provisão - custo de ressarcimento	25 (f)	-	-	64.445	73.865
Outras obrigações		4.074	4.952	7.046	5.367
		233.720	289.652	1.065.939	1.345.525
Passivos relacionados a ativos não circulantes mantidos para venda		-	7.403	-	7.403
		233.720	297.055	1.065.939	1.352.928
Não circulante					
Fornecedores	15	2.338	4.814	44.382	31.704
Empréstimos e financiamentos	17	64.605	79.956	1.311.099	1.221.229
Debêntures	17	4.273.366	2.628.122	5.593.853	4.051.815
Arrendamento		42.614	68.231	66.239	70.234
Operações comerciais com partes relacionadas	21	105.629	45.917	168	375
Retenção contratual		-	-	4.330	4.330
Provisão para passivo a descoberto	12.5	4.298	3.185	-	-
Provisão para contingências	19	6.871	22.611	92.603	92.845
Provisão de abandono	20	70.650	75.748	75.109	81.022
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	11	-	-	32.692	50.985
Outras obrigações		-	2.306	942	5.596
		4.570.371	2.930.890	7.221.417	5.610.135
Total do Passivo		4.804.091	3.227.945	8.287.356	6.963.063
Patrimônio líquido					
Capital social	22	8.848.409	8.834.907	8.848.409	8.834.907
Reserva de capital		25.418	15.640	25.418	15.640
Reserva de incentivos fiscais		253.071	110.725	253.071	110.725
Outros resultados abrangentes		10.775	9.541	10.775	9.541
Prejuízos acumulados		(1.203.510)	(2.068.379)	(1.203.510)	(2.068.379)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		7.934.163	6.902.434	7.934.163	6.902.434
Participações de acionistas não controladores		-	-	(3.423)	(2.353)
Total do patrimônio líquido		7.934.163	6.902.434	7.930.740	6.900.081
		12.738.254	10.130.379	16.218.096	13.863.144

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Receita de venda de bens e/ou serviços	25	780.855	732.433	3.243.309	3.137.369
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	26	(251.163)	(238.889)	(1.745.379)	(1.899.594)
Resultado bruto		529.692	493.544	1.497.930	1.237.775
Despesas/receitas operacionais					
Gerais e administrativas	26	(360.757)	(277.823)	(448.537)	(373.121)
Outras receitas (despesas) operacionais	26	29.695	5.392	76.144	104.324
Resultado de equivalência patrimonial	12	554.852	397.606	(8.763)	(2.339)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos		753.482	618.719	1.116.774	966.639
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	27	150.691	101.877	192.058	178.590
Despesas financeiras	27	(148.822)	(174.674)	(491.712)	(588.770)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		755.351	545.922	817.120	556.459
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro					
Corrente	11	(434)	(17.280)	(33.858)	(39.483)
Diferido	11	252.689	72.156	223.274	82.104
Lucro líquido do exercício		1.007.606	600.798	1.006.536	599.080
Atribuído a sócios da empresa controladora		1.007.606	600.798	1.007.606	600.798
Atribuído a sócios não controladores		-	-	(1.070)	(1.718)
Lucro por ações atribuíveis aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação)					
Lucro líquido básico por ação	23	-	-	3,19081	1,90521
Lucro líquido diluído por ação	23	-	-	3,17618	1,89101

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Lucro líquido do exercício	1.007.606	600.798	1.006.536	599.080
Outros resultados abrangentes				
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado				
Ajustes acumulados de conversão	(3.329)	2.046	(3.329)	2.046
Ajuste de avaliação patrimonial	6.954	(4.477)	6.954	(4.477)
Total dos itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado	3.625	(2.431)	3.625	(2.431)
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado				
Perdas com derivativos	(2.391)	-	(2.391)	-
Total do resultado abrangente do exercício	1.008.840	598.367	1.007.770	596.649
Resultado abrangente atribuído aos acionistas não controladores	-	-	(1.070)	(1.718)
Resultado abrangente atribuído aos acionistas da Eneva	1.008.840	598.367	1.008.840	598.367

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Reservas de Lucros				Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos Acumulados	Total do Patrimônio Líquido Controladores	Participação dos Acionistas Não Controladores	Total do Patrimônio Líquido Consolidado
	Capital Social Integralizado	Reserva Legal	Opções de Ações Outorgadas	Reserva de Incentivos Fiscais					
Saldo em 1º de janeiro 2019	8.822.057	4.775	22.461	-	11.972	(2.563.227)	6.298.038	(14.158)	6.283.880
Aumento de capital	12.850	-	(12.850)	-	-	-	-	13.523	13.523
Incentivo fiscal SUDENE	-	-	-	48.837	-	(48.837)	-	-	-
Incentivo fiscal ICMS	-	-	-	61.888	-	(61.888)	-	-	-
Transações com acionistas:									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	600.798	600.798	(1.718)	599.080
Reversão da reserva legal	-	(4.775)	-	-	-	4.775	-	-	-
Valor justo dos instrumentos patrimoniais	-	-	6.029	-	-	-	6.029	-	6.029
Outros resultados abrangentes:									
Ajustes de conversão moeda estrangeira do período	-	-	-	-	2.046	-	2.046	-	2.046
Ajuste de avaliação patrimonial ativo mantido p/venda	-	-	-	-	(4.477)	-	(4.477)	-	(4.477)
Saldo em 31 de dezembro 2019	8.834.907	-	15.640	110.725	9.541	(2.068.379)	6.902.434	(2.353)	6.900.081
Aumento de capital	13.502	-	(13.502)	-	-	-	-	-	-
Incentivo fiscal SUDENE	-	-	-	78.973	-	(79.364)	(391)	-	(391)
Incentivo fiscal ICMS	-	-	-	63.373	-	(63.373)	-	-	-
Transações com acionistas:									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.007.606	1.007.606	(1.070)	1.006.536
Valor justo dos instrumentos patrimoniais	-	-	23.280	-	-	-	23.280	-	23.280
Outros resultados abrangentes:									
Ajustes de conversão moeda estrangeira do período	-	-	-	-	(3.329)	-	(3.329)	-	(3.329)
Ajuste de avaliação patrimonial ativo mantido p/venda	-	-	-	-	6.954	-	6.954	-	6.954
Perdas com derivativos	-	-	-	-	(2.391)	-	(2.391)	-	(2.391)
Saldo em 31 de dezembro 2020	8.848.409	-	25.418	253.071	10.775	(1.203.510)	7.934.163	(3.423)	7.930.740

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	755.351	545.922	817.120	556.459
Ajustes para reconciliar o lucro ao fluxo de caixa das atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	153.968	157.326	482.150	490.053
Baixa de imobilizado e intangível	-	-	23.708	19.905
Resultado de participação patrimonial	(554.852)	(397.606)	8.763	2.339
Baixa de poços secos e áreas subcomerciais	19.308	36.986	19.308	36.986
Recuperação de créditos tributários e juros	-	(42.234)	-	(39.561)
Provisão (reversão) para contingências	(17.302)	10.078	(25.692)	29.667
Reversão de impairment de Itaquí	-	-	(52.777)	(127.114)
Resultado financeiro líquido	(15.319)	87.829	217.594	404.191
Amortização de custo de captação	9.528	1.239	27.961	40.878
	350.682	399.540	1.518.135	1.413.803
Aumento / Diminuição dos ativos e dos passivos operacionais:				
Adiantamentos diversos	4.078	(3.421)	76.132	(73.963)
Despesas antecipadas	(2.439)	5.003	(27.632)	25.361
Contas a receber	737	(2.150)	(28.453)	(326.854)
Impostos a recuperar	465	59.034	65.276	55.289
Depósitos judiciais	(332)	(1.103)	(354)	25.788
Estoque	(14.970)	4.670	(76.804)	83.246
Impostos, taxas e contribuições	(3.359)	14.615	(37.489)	28.264
Ativos e passivos mantidos para venda	-	10.448	-	-
Fornecedores	(224.942)	9.776	(266.421)	91.669
Provisões e encargos trabalhistas	17.647	13.556	26.746	16.827
Mútuos	(1.061.204)	4.850	819	2.820
Operações comerciais	54.585	(80.897)	4.587	(26.065)
Recebimentos antecipados CCC	-	-	20.216	44.091
Dividendos a receber	-	(13.118)	-	-
Outros ativos e passivos	22.670	9.545	16.584	37.894
	(1.207.064)	30.808	(226.793)	(15.633)
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(9.197)	(4.384)	(45.389)	(31.924)
Dividendos recebidos	-	13.753	-	-
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados (consumidos) pelas atividades operacionais	(865.579)	439.717	1.245.953	1.366.246
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado e intangível	(305.240)	(168.237)	(2.087.981)	(829.917)
Aporte de capital em investida	(837.515)	(319.001)	(2.100)	(1.000)
Adiantamento para futuro aumento de capital	(57.471)	(356.601)	-	-
Recebimento pela venda de participação em controladas	18.782	-	18.782	-
Títulos e valores mobiliários	(16.156)	13.206	(194.967)	(17.304)
Caixa e equivalentes de caixa líquido consumidos nas atividades de investimentos	(1.197.600)	(830.633)	(2.266.266)	(848.221)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Pagamento do passivo de arrendamento	(24.657)	(28.195)	(57.734)	(39.623)
Aporte de capital de minoritários	-	-	-	13.524
Captações de financiamentos	2.097.968	2.664.004	3.371.097	3.414.004
Amortizações do principal - financiamentos	(511.869)	(1.574.676)	(2.024.276)	(3.083.148)
Juros pagos	(159.286)	(78.323)	(354.305)	(382.700)
Custos de captações	(70.118)	(37.469)	(92.249)	(55.224)
Depósitos vinculados	-	-	45.130	(19.541)
Caixa e equivalentes de caixa líquido gerados (consumidos) nas atividades de financiamentos	1.332.038	945.341	887.663	(152.708)
Aumento / Diminuição de caixa e equivalentes de caixa	(731.141)	554.425	(132.650)	365.317
Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	1.006.475	452.050	1.517.583	1.152.266
No fim do exercício	275.334	1.006.475	1.384.933	1.517.583
Aumento/ Diminuição de caixa e equivalentes de caixa	(731.141)	554.425	(132.650)	365.317

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receitas	906.466	865.679	3.649.119	3.462.970
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	888.327	830.426	3.545.106	3.424.069
Outras receitas	18.139	35.253	104.013	38.901
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)	(234.225)	(217.753)	(1.222.831)	(1.284.634)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(230.959)	(205.808)	(943.194)	(1.265.394)
Insumos de geração	-	-	(328.421)	(128.499)
Perda e recuperação de valores ativos	(3.266)	(11.945)	48.784	109.259
Valor adicionado bruto	672.241	647.926	2.426.288	2.178.336
Depreciação e amortização	(153.968)	(157.326)	(482.150)	(490.053)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	518.273	490.600	1.944.138	1.688.283
Valor adicionado recebido em transferência	745.509	544.893	183.295	176.251
Resultado de equivalência patrimonial	554.852	397.606	(8.763)	(2.339)
Receitas financeiras	109.654	69.939	186.864	167.246
Juros sobre operações de mútuos e debêntures	40.354	31.863	-	1.384
Serviços compartilhados	39.966	45.410	-	-
Outros	683	75	5.194	9.960
Valor adicionado total a distribuir	1.263.782	1.035.493	2.127.433	1.864.534
Distribuição do valor adicionado	1.263.782	1.035.493	2.127.433	1.864.534
Pessoal	152.783	130.039	304.776	295.350
Remuneração direta	87.621	96.598	202.162	217.126
Benefícios	59.901	28.982	91.963	67.807
FGTS e contribuições	5.261	4.459	10.651	10.417
Impostos, taxas e contribuições	(46.896)	117.368	311.640	344.634
Federal	(139.143)	43.225	184.680	319.615
Estadual	25.688	25.252	28.679	(58.292)
Municipal	845	201	1.177	416
Taxas e contribuições	65.714	48.690	97.104	82.895
Remuneração capital de terceiros	150.289	187.288	504.481	625.470
Juros de empréstimos e debêntures	85.058	60.676	287.206	217.299
Outras despesas financeiras	41.226	87.707	74.942	295.941
Variação cambial e monetária	17.544	22.556	121.056	63.077
Aluguéis	6.285	6.587	19.323	18.397
Outros	176	9.762	1.954	30.756
Remuneração de capital próprio	1.007.606	600.798	1.006.536	599.080
Lucro líquido do exercício	1.007.606	600.798	1.007.606	600.798
Lucro (prejuízo) do exercício atribuído aos acionistas não controladores	-	-	(1.070)	(1.718)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

SUMÁRIO 

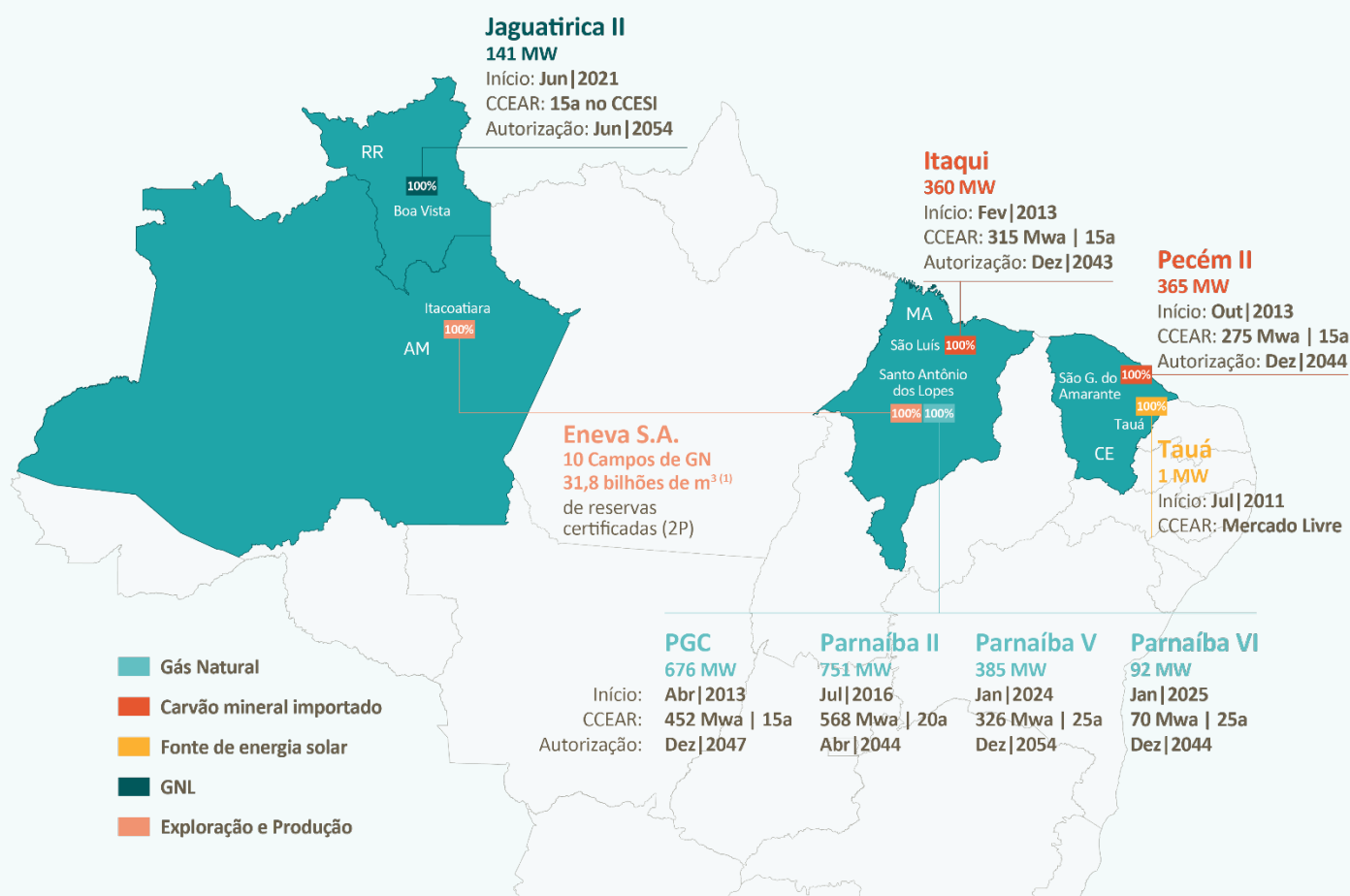
A Eneva S.A. (a “Companhia” ou o “Grupo”) é uma sociedade por ações de capital aberto registrada na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código “ENEV3”, com sede no município e Estado do Rio de Janeiro, que atua na geração e comercialização de energia elétrica e na exploração e produção (E&P) de gás natural, no Brasil.

A Eneva tem um parque de geração térmica com 2,8 GW de capacidade contratada (78% operacional), sendo 2,0 GW a gás natural (74%) e 725 MW a carvão mineral (26%). É a segunda maior empresa em capacidade térmica do país, responsável por 9% da capacidade térmica a gás instalada nacional.

Atualmente, a Companhia possui dez campos declarados comerciais, cinco deles em produção, destinados totalmente ao abastecimento das termelétricas a gás natural localizadas no Estado do Maranhão (“Complexo Parnaíba”), assumindo assim um compromisso de produção de 8,4 milhões de m³/dia.

A Eneva é a maior operadora privada de gás natural do Brasil e possui uma área exploratória total superior a 64 mil km² localizada na Bacia do Parnaíba, no estado do Maranhão e na Bacia do Amazonas, no estado de mesmo nome.

Empreendimentos



(1) Informação não auditada.

1.1 Eventos significativos do exercício:

Pandemia de COVID-19 - Contexto, iniciativas e impactos

A pandemia alterou drasticamente o cenário global e criou enormes desafios em todos os aspectos da sociedade, principalmente com relação à segurança da economia.

A Companhia permanece atenta à evolução da pandemia, mantendo todas as medidas para preservar a saúde e a segurança de seus colaboradores (próprios e terceiros) e para apoiar as comunidades nas localidades onde atua. Como forma de contribuir para o combate ao vírus, a Companhia continua realizando ações de forma voluntária para auxiliar as famílias em situação de maior vulnerabilidade e os profissionais de saúde das localidades de atuação com foco em medidas preventivas tais como doações de kits de higiene pessoal, kits de limpeza, cestas básicas, aparelhos de ventilação pulmonar, medicamentos, cilindros de gás, concentradores de oxigênio para o sistema público de saúde e apoio para a instalação de hospital de campanha. Além destas ações, a Companhia mantém a prática de home office para algumas funções administrativas e não operacionais e aplicação de testes rápidos em seus colaboradores.

(a) Reconhecimento de receita e avaliação de perdas de créditos

As receitas da Companhia decorrem, principalmente (98%), de contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado ("CCEAR"), com preços, volume e prazos definidos. Este ambiente é fortemente regulado, com mecanismos mitigatórios ao risco de inadimplência dos seus agentes (compradores e vendedores). Portanto, a Companhia não identificou impacto relevante decorrente da pandemia em suas receitas operacionais oriundas do segmento de geração de energia (térmicas a gás e térmicas a carvão), até o presente momento. Também não foi identificada alteração na matriz de risco que impactasse a probabilidade de realização do seu recebível atrelado a este segmento, conforme estabelecido no CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

Com relação à receita do segmento de comercialização de energia, a Companhia adotou critérios rígidos para avaliar o risco de crédito das contrapartes. Por isso, não estamos realizando operações com agentes que possam ser afetados pelo COVID-19. Além disso, estão sendo exigidas garantias adicionais para que novos negócios sejam realizados. Dessa forma, também não identificamos alteração na matriz de risco que impactasse o reconhecimento de receita, bem como a probabilidade de realização deste recebível, conforme estabelecido no CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e no CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

A Companhia revisou e atualizou as premissas utilizadas no modelo de cálculo do valor presente líquido ("VPL") dos contratos bilaterais para marcação a mercado, já refletindo o resultado nestas demonstrações financeiras, não sendo esperados impactos adicionais.

(b) Avaliação de indicativo de impairment de ativos não financeiros e de recuperabilidade de IRPJ e CSLL diferidos

A Companhia realizou o acompanhamento das principais premissas operacionais e macroeconômicas, especialmente para os anos de 2020 e 2021. As principais alterações foram identificadas para as projeções do dólar e do IPCA, além do preço futuro do carvão e do gás natural. A Companhia concluiu que, mesmo diante das mudanças ocorridas nas premissas de curto prazo, não foi evidenciada perda de recuperabilidade de valor contábil nos ativos imobilizado e intangível (considerando a vida útil de cada usina) e para a recuperabilidade do ativo fiscal diferido. Veja maiores detalhes quanto às premissas utilizadas no teste de impairment na nota explicativa nº 13 – "Imobilizado".

(c) Projetos em construção

Os projetos em construção Parnaíba V, Azulão e Jaguatirica II sofreram desvios em seus cronogramas iniciais por efeitos da pandemia, principalmente gerados por atrasos no fornecimento de materiais e peças de origem internacional, redução temporária de força de trabalho e, conseqüente, paralisação das obras. No entanto, a companhia ingressou com pleito na ANEEL para extensão do cronograma e adiamento da entrega de energia com excludente de responsabilidade para Jaguatirica II e a unidade de liquefação em Azulão.

Parnaíba V está prevista para iniciar sua operação no primeiro semestre de 2022 e Azulão-Jaguatirica no segundo semestre de 2021. O andamento das obras está de acordo com o novo cronograma aprovado pela ANEEL.

Operacional e Financeiro

No primeiro semestre de 2020, a Companhia celebrou com o Banco da Amazônia S.A. ("BASA") um financiamento de R\$ 1,0 bilhão (um bilhão de reais) para a Azulão Geração de Energia S.A. Os recursos serão destinados à construção, operação e manutenção do projeto integrado Azulão-Jaguatirica, que compreende a usina termelétrica UTE Jaguatirica II e a infraestrutura de produção e suprimento de gás a partir do campo de Azulão, na Bacia do Amazonas. O financiamento tem vencimento em até 196 meses da data de sua celebração e desembolso de recursos de acordo com o cumprimento de determinadas condições precedentes e cronograma do projeto.

Em 26 de junho de 2020, foi concluída a 5ª emissão de debêntures simples no valor total de R\$ 650 milhões com vencimento em 10 anos, contados da data de emissão. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio das debêntures serão utilizados para investimentos na área de infraestrutura de gás natural do Parque dos Gaviões (denominação dada ao parque produtor de gás do Complexo do Parnaíba).

Adicionalmente, em 18 de setembro de 2020, foi concluído o processo da 6ª emissão de debêntures em duas séries no valor total de R\$948 milhões. Sendo R\$374 milhões alocado à primeira série, com vencimento em 15 de setembro de 2030 e taxa de IPCA +4,127% ao ano, e R\$574 milhões para a segunda série com vencimento em 15 de setembro de 2035 e taxa de IPCA + 4,5034% ao ano. Esses recursos também serão utilizados para pagamentos futuros relativos à execução do projeto de investimento na infraestrutura de gás natural.

No dia 4 de dezembro de 2020, adquirimos 7 blocos exploratórios nas bacias terrestres do Amazonas e do Paraná, e o campo de Juruá na bacia do Solimões, no segundo ciclo da Oferta Permanente, realizado pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP. Os blocos adquiridos AM-T62, AM-T84 e AM-T85 na bacia do Amazonas estão situados nas adjacências do campo de Azulão, já operado pela Eneva. Na bacia do Solimões, adquirimos 100% de participação no campo de Juruá. O valor do bônus de assinatura ofertado pela Eneva por Juruá foi de R\$ 25,7 milhões. Já na bacia do Paraná, a Eneva adquiriu 70% de participação nos blocos PAR-T-196, PAR-T-215, PAR-T-86 e PART-99, em consórcio com a Enauta Energia S.A., cuja participação é de 30%. O consórcio será operado pela Eneva. O valor total dos bônus de assinatura ofertado para esses blocos exploratórios foi de R\$ 2,1 milhões, sendo R\$ 1,5 milhão líquido para a Eneva.

Adicionalmente, a Companhia está participando do processo de desinvestimento das concessões de campos terrestres do Polo Uruçu da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) que se encontra em fase de negociação dos termos e condições para a potencial aquisição do polo, conforme nota explicativa nº “30 – Eventos Subsequentes”.

2. Licenças e autorizações



A Companhia busca uma atuação de excelência pautada por uma gestão responsável dos impactos que a sua atividade pode gerar na sociedade, no meio ambiente e nas comunidades do entorno de suas operações. Por meio de um sistema de controle de prazos e cumprimento de requisitos legais, é feita a gestão de mais de 100 licenças e autorizações ambientais, totalizando mais de 1.000 condicionantes distribuídas em unidades operacionais.

Em 2020, a manutenção e a emissão de 96 licenças e autorizações garantiram o fortalecimento e a expansão da Companhia, principalmente nas Regiões Norte e Nordeste do país. Cumprindo com todos os prazos firmados para o desenvolvimento, construção e operação dos ativos.

Nesse período, destaca-se a emissão das (i) licenças e autorizações complementares para construção de estradas de acesso e bota-fora, bem como para captação de água para continuidade da instalação do projeto integrado Azulão-Jaguatirica; (ii) licenças de instalação para expansão da malha de gasoduto e clusters de produção de gás natural dos campos Gavião Preto (GVP), Gavião Branco (GVB), Gavião Azul (GVA), Gavião Vermelho (GVV), Gavião Branco Norte (GVBN) e Gavião Caboclo (GVC) fase II; (iii) Licenças Prévias de perfuração (LPper) de gás natural que garantiram a continuidade na exploração e produção de gás natural na Bacia do Parnaíba e do Amazonas; e, por fim, (iv) Autorizações Ambientais (AA) que fortaleceram a continuidade da pesquisa sísmica na Bacia do Parnaíba.

3. Apresentação das demonstrações financeiras



As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na nota explicativa nº 4 – “Resumo das principais práticas e políticas contábeis”.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão apresentadas nas respectivas notas explicativas.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota explicativa nº 5 – “Estimativas e julgamentos contábeis críticos”.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração em 10 de março de 2021.

Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando normalmente e concluiu que, apesar dos impactos e da incerteza na duração da pandemia COVID-19, ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Assim, essas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Demonstrações financeiras individuais

Os custos relativos às debêntures emitidas pela Eneva S.A. (3ª série), que têm por finalidade a construção do projeto Parnaíba V, estão registrados na conta de “investimento em controladas”, em consonância com o parágrafo 8º, do CPC 43 – Adoção inicial dos pronunciamentos técnicos CPCs 15 a 41.

Na demonstração financeira consolidada, esses custos são apresentados na conta imobilizado. Desse modo, não existe diferença entre o patrimônio líquido individual da controladora e o patrimônio líquido consolidado.

Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas.

Mudanças nas práticas contábeis e divulgações

A Companhia adotou sem impactos significativos, as alterações ao CPC 15/IFRS 3 sobre definição de um negócio, e as alterações ao CPC 48/IFRS 9 e CPC 40/IFRS 7 sobre Reforma da Taxa de Juros de Referência a partir de 1º de janeiro de 2020. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

A partir de 1º de janeiro de 2021, as normas “CPC 06 (R2) – Arrendamentos” e do “CPC 48 – Instrumentos Financeiros” foram alteradas conforme minuta de revisão de pronunciamentos técnicos nº 17, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia e não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

4. Resumo das principais práticas e políticas contábeis



4.1 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu investimento e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da controladora e daquelas empresas onde a Companhia detém o controle (diretamente e indiretamente), conforme detalhadas na nota explicativa nº 12 “Investimentos”.

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas:

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) das quais a Companhia detém o controle. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de exercer o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos, inclusive os passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios, são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida de acordo com a parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisições são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Transações, saldos e ganhos não

realizados em transações entre partes relacionadas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

(b) Transações com participações de acionistas não controladores

Os investimentos detidos por outros investidores nas controladas da Eneva são classificados como “participações de acionistas não controladores”.

Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido.

(c) Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto

Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Esses investimentos são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

Os investimentos em coligadas e *joint ventures* são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento do Grupo em coligadas e *joint ventures* inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada. Ver nota explicativa nº 14 – “Intangível”.

A participação do Grupo nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e *joint ventures* é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações patrimoniais é reconhecida no patrimônio da Companhia. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada ou *joint venture* for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenham incorrido obrigações ou pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas coligadas e *joint ventures* são eliminados na proporção da participação da Companhia. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas e *joint ventures* são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Caso a participação societária na coligada seja reduzida, mas retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas por diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

4.2 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas ligadas à Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual cada empresa atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são reavaliados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando qualificados como hedge accounting que são reconhecidos no patrimônio como operações de hedge de fluxo de caixa.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com operações comerciais, empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

(c) Empresa com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira da controlada Parnaíba B.V., cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- (i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço.
- (ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações).
- (iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda da venda.

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda da venda.

4.3 Participação nos resultados

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados de funcionários e diretores com base em metas corporativas estabelecidas atreladas ao plano de desenvolvimento e crescimento da Companhia. A participação nos resultados é composta por avaliação das metas de todos os colaboradores e da Diretoria.

4.4 Provisões

São reconhecidas quando existe uma obrigação presente, legal ou não formalizada, resultante de evento passado, na qual seja provável uma saída de recursos para a sua liquidação, e que essa obrigação possa ser razoavelmente estimada. A atualização da provisão ao longo do tempo é reconhecida como despesa financeira.

As demais práticas contábeis relevantes da Companhia e suas controladas estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

5. Estimativas e julgamentos contábeis críticos



Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

5.1 Estimativas

5.1.1 Mudança de premissa para teste de recuperabilidade de ativos (*Impairment*)

A Companhia revisou o período de projeção dos fluxos de caixa utilizados para o teste de recuperabilidade de ativos para manter a uniformidade dessa premissa com o Plano Estratégico aprovado pela Companhia. Anteriormente, o período de projeção se limitava ao prazo de outorga da autorização de Produtor Independente de Energia (PIE) concedido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Desta forma o período projetivo dos fluxos futuros foi estendido de 2043 para 2050 e assim está alinhado com as premissas estratégicas de gestão da Eneva. As projeções também consideram a probabilidade estimada pela Administração da Companhia em obter a prorrogação da outorga de autorização.

Essa mudança de estimativa contábil afetou o período corrente gerando a reversão de R\$ 53 milhões relativos a provisão para *Impairment* constituída em exercícios anteriores da controlada direta Itaqui Geração de Energia S.A.

As demais premissas utilizadas no teste de recuperabilidade de ativos foram mantidas e estão consistentes tanto com o Plano Estratégico quanto com os testes realizados em exercícios anteriores. Adicionalmente, são efetuados testes estatísticos, como backtesting e feedback, para aprimorar continuamente as técnicas de previsão da Companhia.

5.1.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

- (i) **Nota explicativa nº 18 – “Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos** - Ativos e passivos financeiros por meio de derivativos e expectativa sobre o mercado de commodities.
- (ii) **Nota explicativa nº 14 – “Intangível”** - As reservas de gás natural são calculadas tendo por base informações econômicas, geológicas e de engenharia, como perfis de poço e dados de pressão, dentre outros. Os volumes de reservas são utilizados para o cálculo das taxas de depreciação/depleção/amortização no método de unidades produzidas e nos testes de recuperabilidade dos ativos (impairment). A determinação da estimativa do volume de reservas requer julgamento significativo e está sujeita a revisões, no mínimo anualmente, realizadas a partir de reavaliação de dados preexistentes e/ou novas informações disponíveis relacionadas à produção e geologia dos reservatórios, bem como alterações em preços e custos utilizados. As revisões podem, também, resultar de alterações significativas na estratégia de desenvolvimento da Companhia ou na capacidade de produção.
- (iii) **Nota explicativa nº 13.2 – “Avaliação de impairment”** - A Companhia testa eventuais perdas nos ativos, de acordo com as políticas contábeis descritas nas notas explicativa específicas. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso.
- (iv) **Nota explicativa nº 11 – “Impostos a recuperar e diferidos”** - Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos - Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os adotados para fins de tributação e sobre prejuízos fiscais na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão compensados. A projeção dos lucros tributáveis futuros está alinhada com o plano estratégico da Companhia e o período estimado de realização dos impostos diferidos é de 13 e 14 anos.
- (v) **Nota explicativa nº 20 – “Provisão de abandono”** - Impacto das reservas de gás natural nas estimativas de custos com obrigações de desmantelamento de áreas - a estimativa do momento de realização dos custos com obrigações de desmantelamento de áreas é baseada no prazo de exaustão das reservas provadas de acordo com os critérios estabelecidos pela ANP/SPE. Revisões nas estimativas de reservas que impliquem em mudanças no prazo de exaustão podem afetar a provisão para desmantelamento de áreas. O reconhecimento contábil dessas obrigações deve ser com base no valor presente, utilizando-se uma taxa de desconto. Longos períodos até a data de abandono e variações na taxa de desconto, por menor que sejam, podem ocasionar grandes variações no valor reconhecido.

5.2 Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- (iv) **Nota explicativa nº 19 – “Provisão para contingências”** - Reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas, administrativos e regulatórios, por meio da análise da probabilidade de perda que inclui avaliação das evidências disponíveis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

6. Informações por segmento



A Administração da Companhia gerencia seus empreendimentos com base em cinco segmentos de negócios principais, sendo: (i) térmicas a gás, (ii) *upstream*, (iii) térmicas a carvão, (iv) comercialização de energia e (v) holding e outros.

As atividades de cada segmento têm seu desempenho avaliado pela Diretoria Executiva da Companhia e refletem a estrutura do modelo de negócio adotado. Cabe destacar que as operações entre a Companhia e suas controladas, bem como as operações entre as controladas, são integralmente eliminadas para a apresentação dos saldos por segmento.

Abaixo descrição dos segmentos:

i. Térmicas a gás

Fazem parte deste segmento as controladas Parnaíba II Geração de Energia S.A. e Parnaíba Geração e Comercialização S.A., compondo o Complexo do Parnaíba, no Maranhão. O referido complexo possui capacidade total instalada de, aproximadamente, 1,4 GW e terá a capacidade de 2,0 GW a partir da conclusão das obras de fechamento de ciclo, conhecido como projeto Parnaíba V, com previsão de conclusão no 1º semestre de 2022 e projeto de Parnaíba VI que tem como objetivo a expansão da usina termelétrica UTE MC2 Nova Venécia 2 (“Parnaíba II”), com capacidade instalada adicional de 92,3 MW, com conclusão prevista para o 1º semestre de 2025.

Todo o complexo está conectado ao Subsistema Norte de geração e transmissão de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN).

Adicionalmente, o segmento de geração térmica a gás conta com o projeto Azulão-Jaguatirica, com capacidade instalada de 132,3 MW, em implantação na cidade de Boa Vista, Estado de Roraima, com previsão de conclusão no 2º semestre de 2021. O projeto está situado em sistema isolado.

ii. Upstream

Neste segmento, a Companhia opera 10 campos de gás natural nas Bacias do Parnaíba e Amazonas e, adicionalmente, possui contratos de concessão para exploração e produção (E&P) de hidrocarbonetos em mais de 64.000 km².

A Companhia possui compromisso de produção de 8,4 milhões de m³ de gás natural por dia, totalmente destinados ao abastecimento do Complexo do Parnaíba, consolidando o modelo Reservoir-to-Wire ("R2W"), implementado de forma pioneira no país. Este segmento é composto pelas Companhias Eneva S.A. e Parnaíba B.V.

iii. Térmicas a carvão

Este segmento é composto pelas controladas Itaquí Geração de Energia S.A., que possui capacidade instalada de 360 MW, localizada no Estado do Maranhão, conectada ao Subsistema Norte, e Pecém II Geração de Energia S.A., com capacidade instalada de 365 MW, localizada no Estado do Ceará, conectada ao Subsistema Nordeste. Ambas com transmissão de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN).

iv. Comercialização de Energia

Neste segmento, ocorre a comercialização de contratos de energia no Ambiente de Contratação Livre (ACL), obrigatoriamente registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), por intermédio da controlada indireta Eneva Comercializadora de Energia Ltda.

v. Holding e Outros

Este segmento é composto pela Eneva Participações S.A., além das empresas mantidas para o desenvolvimento de projetos.

A seguir são apresentados, por segmento, o balanço patrimonial e as demonstrações de resultados na data base de 31 de dezembro de 2020 e 2019.

Contas patrimoniais 31/12/2020:

	Geração a Gás Natural				Térmicas à Carvão	Eliminações	Subtotal Consolidado	Comercialização de Energia	Holding e Outros	Eliminações	Total do Consolidado
	Térmicas a Gás	Upstream	Eliminações	Subtotal Consolidado							
Total do ativo	6.603.693	6.117.417	(468.634)	12.252.476	4.698.796	(2.954)	4.695.842	155.985	833.036	(1.719.243)	16.218.096
Circulante	1.535.381	994.754	(300.994)	2.229.141	722.828	-	722.828	102.133	73.753	(197.453)	2.930.402
Caixa e equivalentes	918.719	275.380	-	1.194.099	170.994	-	170.994	9.638	10.202	-	1.384.933
Contas a receber	415.149	99.741	(97.999)	416.891	248.329	-	248.329	35.744	-	-	700.964
Estoque	25.227	45.277	-	70.504	108.501	-	108.501	-	10	-	179.015
Outros ativos	176.286	574.356	(202.995)	547.647	195.004	-	195.004	56.751	63.541	(197.453)	665.490
Não circulante	5.068.312	5.122.663	(167.640)	10.023.335	3.975.968	(2.954)	3.973.014	53.852	759.283	(1.521.790)	13.287.694
IR e CS Diferido	24.092	503.142	-	527.234	294.190	-	294.190	43.599	36	-	865.059
Imobilizado e intangível	5.003.927	2.901.954	-	7.905.881	3.669.441	-	3.669.441	198	111.697	598.003	12.285.220
Outros ativos	40.293	1.717.567	(167.640)	1.590.220	12.337	(2.954)	9.383	10.055	647.550	(2.119.793)	137.415
Total do passivo	6.603.693	6.117.417	(468.634)	12.252.476	4.698.796	(2.954)	4.695.842	155.985	833.036	(1.719.243)	16.218.096
Circulante	804.714	332.106	(358.597)	778.223	443.342	(497)	442.845	40.271	9.737	(205.137)	1.065.939
Empréstimos	3.580	15.613	-	19.193	-	-	-	-	-	-	19.193
Debentures	106.634	11.886	-	118.520	-	-	-	-	-	-	118.520
Outros passivos	694.500	304.607	(358.597)	640.510	443.342	(497)	442.845	40.271	9.737	(205.137)	928.226
Não circulante	2.669.600	4.472.445	(110.037)	7.032.008	1.558.610	(2.457)	1.556.153	3.498	143.864	(1.514.106)	7.221.417
Empréstimos	1.246.493	64.606	-	1.311.099	-	-	-	-	-	-	1.311.099
Debentures	1.320.488	4.273.365	-	5.593.853	-	-	-	-	-	-	5.593.853
Outros passivos	102.619	134.474	(110.037)	127.056	1.558.610	(2.457)	1.556.153	3.498	143.864	(1.514.106)	316.465
Acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.423)	-	(3.423)
Patrimônio líquido	3.129.379	1.312.866	-	4.442.245	2.696.844	-	2.696.844	112.216	682.858	-	7.934.163

Contas patrimoniais 31/12/2019:

	Geração a Gás Natural				Térmicas à Carvão	Eliminações	Subtotal Consolidado	Comercialização de Energia	Holding e Outros	Eliminações	Total do Consolidado
	Térmicas a Gás	Upstream	Eliminações	Subtotal Consolidado							
Total do ativo	4.140.434	5.266.768	(431.105)	8.976.097	4.693.724	(2.605)	4.691.119	129.474	620.242	(553.788)	13.863.144
Circulante	883.385	1.318.522	(119.707)	2.082.200	637.584	-	637.584	56.674	49.392	-	2.825.850
Caixa e equivalentes	277.485	1.006.502	-	1.283.987	201.924	-	201.924	13.676	17.996	-	1.517.583
Contas a receber	382.288	2.134	-	384.422	289.903	-	289.903	20.826	30	-	695.181
Estoque	14.224	30.307	-	44.531	57.669	-	57.669	-	11	-	102.211
Outros ativos	209.388	279.579	(119.707)	369.260	88.088	-	88.088	22.172	31.355	-	510.875
Não circulante	3.257.049	3.948.246	(311.398)	6.893.897	4.056.140	(2.605)	4.053.535	72.800	570.850	(553.788)	11.037.294
IR e CS Diferido	93.913	250.454	-	344.367	293.821	-	293.821	21.853	36	-	660.077
Imobilizado e intangível	3.132.642	2.615.492	(17.824)	5.730.310	3.755.770	-	3.755.770	135	115.431	585.764	10.187.410
Outros ativos	30.494	1.082.300	(293.574)	819.220	6.549	(2.605)	3.944	50.812	455.383	(1.139.552)	189.807
Total do passivo	4.140.434	5.266.768	(431.105)	8.976.097	4.693.724	(2.605)	4.691.119	129.474	620.242	(553.788)	13.863.144
Circulante	474.631	502.397	(193.629)	783.399	478.988	(142)	478.846	59.499	21.830	9.354	1.352.928
Empréstimos	-	12.117	-	12.117	166.068	-	166.068	-	-	-	178.185
Debentures	96.118	9.195	-	105.313	-	-	-	-	-	-	105.313
Outros passivos	378.513	481.085	(193.629)	665.969	312.920	(142)	312.778	59.499	21.830	9.354	1.069.430
Não circulante	1.771.202	2.802.321	(237.476)	4.336.047	1.714.749	(2.463)	1.712.286	3.384	121.560	(563.142)	5.610.135
Empréstimos	-	79.957	-	79.957	1.141.272	-	1.141.272	-	-	-	1.221.229
Debentures	1.423.694	2.628.121	-	4.051.815	-	-	-	-	-	-	4.051.815
Outros passivos	347.508	94.243	(237.476)	204.275	573.477	(2.463)	571.014	3.384	121.560	(563.142)	337.091
Acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.353)	-	(2.353)
Patrimônio líquido	1.894.601	1.962.050	-	3.856.651	2.499.987	-	2.499.987	66.591	479.205	-	6.902.434

	Geração a Gás Natural				Térmicas à Carvão	Eliminações	Subtotal Consolidado	Comercialização de Energia	Holding e Outros	Eliminações	2020
	Térmicas a Gás	Upstream	Eliminações	Subtotal Consolidado							Total do Consolidado
Demonstração do resultado											
Receita operacional líquida	1.819.668	791.720	(728.265)	1.883.123	1.173.926	-	1.173.926	489.655	282	(303.677)	3.243.309
Custo de bens e/ou serviços vendidos	(1.268.805)	(251.163)	723.805	(796.163)	(803.449)	-	(803.449)	(447.808)	(1.636)	303.677	(1.745.379)
Despesas operacionais	(26.004)	(241.822)	-	(267.826)	(24.206)	-	(24.206)	(7.300)	(6.365)	(13.692)	(319.389)
Outros resultados operacionais	(20.944)	37.550	-	16.606	60.940	-	60.940	11	(1.999)	586	76.144
Despesas com exploração e poço seco	-	(129.148)	-	(129.148)	-	-	-	-	-	-	(129.148)
Equivalência patrimonial	-	555.965	(252.567)	303.398	47.275	(47.400)	(125)	-	130.705	(442.741)	(8.763)
Receita financeira	17.529	70.641	(3.106)	85.064	144.516	-	144.516	1.475	1.580	(40.577)	192.058
Despesa financeira	(112.278)	(71.737)	7.566	(176.449)	(351.904)	-	(351.904)	(3.656)	(280)	40.577	(491.712)
Provisão dos tributos correntes e diferidos	(73.017)	252.256	-	179.239	(2.750)	-	(2.750)	13.248	(321)	-	189.416
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	336.149	1.014.262	(252.567)	1.097.844	244.348	(47.400)	196.948	45.625	121.966	(455.847)	1.006.536
Atribuído a sócios da empresa controladora	336.149	1.014.262	(252.567)	1.097.844	244.348	(47.400)	196.948	45.625	121.966	(454.777)	1.007.606
Atribuído a sócios não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.070)	(1.070)

	Geração a Gás Natural				Térmicas à Carvão	Eliminações	Subtotal Consolidado	Comercialização de Energia	Holding e Outros	Eliminações	2019
	Térmicas a Gás	Upstream	Eliminações	Subtotal Consolidado							Total do Consolidado
Demonstração do resultado											
Receita operacional líquida	1.742.505	742.845	(673.721)	1.811.629	1.284.722	-	1.284.722	412.786	506	(372.274)	3.137.369
Custo de bens e/ou serviços vendidos	(1.300.638)	(238.857)	670.947	(868.548)	(990.228)	-	(990.228)	(406.764)	(114)	366.060	(1.899.594)
Despesas operacionais	(33.974)	(193.573)	-	(227.547)	(23.819)	-	(23.819)	(4.897)	(10.903)	(13.284)	(280.450)
Outros resultados operacionais	(7.827)	5.393	-	(2.434)	104.709	-	104.709	245	1.804	-	104.324
Despesas com exploração e poço seco	-	(92.671)	-	(92.671)	-	-	-	-	-	-	(92.671)
Equivalência patrimonial	-	394.899	(188.250)	206.649	29.854	(29.854)	-	-	39.313	(248.301)	(2.339)
Receita financeira	69.394	101.916	(22.647)	148.663	43.500	-	43.500	12.722	2.159	(28.454)	178.590
Despesa financeira	(258.427)	(176.672)	25.421	(409.678)	(203.526)	-	(203.526)	(629)	(3.391)	28.454	(588.770)
Provisão dos tributos correntes e diferidos	5.834	54.876	-	60.710	(17.463)	-	(17.463)	(626)	-	-	42.621
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	216.867	598.156	(188.250)	626.773	227.749	(29.854)	197.895	12.837	29.374	(267.799)	599.080
Atribuído a sócios da empresa controladora	216.867	598.156	(188.250)	626.773	227.749	(29.854)	197.895	12.837	29.374	(266.081)	600.798
Atribuído a sócios não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.718)	(1.718)

Receita bruta entre segmentos e clientes

	2020			2019		
	Receita Bruta Total do Segmento (a)	Receita Bruta Intercompany *	Receita Bruta Clientes	Receita Bruta Total do Segmento	Receita Bruta Intercompany *	Receita Bruta Clientes
Térmicas a gás	2.023.781	76.129	1.947.652	1.952.951	52.157	1.900.794
Upstream	888.327	884.175	4.152	830.426	826.071	4.355
Carvão	1.322.023	-	1.322.023	1.450.097	-	1.450.097
Comercializadora de energia	539.565	258.501	281.064	454.860	358.062	96.798
Holding e outros	312	-	312	558	-	558
	4.774.008	1.218.805	3.555.203	4.688.892	1.236.290	3.452.602

* Receita eliminada

(a) Análise da receita bruta total do segmento - por categoria

	2020						Total
	CCEAR		MCP *	Arrendamento		Gás e Condensado	
	Fixa Disponibilidade	Variável	Variável	Fixo	Variável	Variável	
Térmicas a gás (a)	1.282.358	348.030	393.393	-	-	-	2.023.781
Upstream (a)	-	-	-	291.773	120.242	476.312	888.327
Carvão	837.817	315.869	168.337	-	-	-	1.322.023
Comercializadora de energia (b)	-	-	539.565	-	-	-	539.565
Holding e outros	-	-	312	-	-	-	312
Total	2.120.175	663.899	1.101.607	291.773	120.242	476.312	4.774.008

	2019						Total
	CCEAR		MCP *	Arrendamento		Gás e Condensado	
	Fixa Disponibilidade	Variável	Variável	Fixo	Variável	Variável	
Térmicas a gás	1.249.020	411.913	292.018	-	-	-	1.952.951
Upstream	-	-	-	291.773	54.568	484.085	830.426
Carvão	818.838	318.580	312.679	-	-	-	1.450.097
Comercializadora de energia	-	-	454.860	-	-	-	454.860
Holding e outros	-	-	558	-	-	-	558
Total	2.067.858	730.493	1.060.115	291.773	54.568	484.085	4.688.892

* MCP = Mercado de Curto Prazo (ambiente de contratação livre)

a. Incremento na receita variável em 31 de dezembro de 2020 em comparação com o mesmo período de 2019 referente a térmicas a gás e Upstream, decorrente da revisão da garantia física ("GF") das UTEs Maranhão IV e V (em conjunto "Parnaíba I") e da UTE MC2 Nova Venécia 2 ("Parnaíba III").

b. O volume de energia comercializado nas operações de trading aumentou em função de oportunidades de mercado.

7. Caixa e equivalentes de caixa



Prática contábil

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo demonstrados na data do balanço a valor justo.

		Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Caixa e bancos		3.419	2.951	43.382	34.892
Operações compromissadas	(a)	13.760	69.250	82.977	174.386
CDB/compromissadas	(b)	258.155	934.274	1.258.574	1.308.305
		275.334	1.006.475	1.384.933	1.517.583

- a. Trata-se do fundo exclusivo de investimentos em Cotas de FI Multimercado Crédito Privado Eneva administrado pelo Banco Itaú. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo está composto somente por operações compromissadas, lastreadas por títulos públicos federais, registradas na CETIP ou SELIC, quando aplicável. Essas operações possuem garantia de recompra diária a uma taxa previamente estabelecida pelas instituições financeiras.
- b. Representam valores investidos em CDBs e Compromissadas emitidos por instituições financeiras de primeira linha, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média no ano sobre o DI CETIP ("CDI") de 100%. O incremento observado em 2020 está relacionado com os aportes financeiros realizados através das captações de debêntures, para investimento nos projetos em construção.

As principais movimentações de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram para cumprimento do serviço da dívida, incluindo pré-pagamentos no total de R\$ 1.788.010, além dos investimentos líquidos nos segmentos de negócio (construção de Parnaíba V e projeto Azulão-Jaguatirica) no montante de R\$ 1.711.945. Os recursos necessários para realização dessas movimentações foram substancialmente originados por uma geração de caixa operacional de R\$ 1.245.953 e captações de R\$ 3.371.097.

8. Títulos e valores mobiliários



		Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Letras Financeiras do Tesouro ("LFT's")	(a)	72.911	105.493	439.658	265.652
CDB	(b)	71.659	-	71.659	-
Títulos de capitalização		-	-	-	5.000
		144.570	105.493	511.317	270.652

- a. LFTs são títulos pós-fixados cuja remuneração é dada pela variação da taxa SELIC diária registrada entre a data de liquidação da compra e a data de vencimento. Em 31 de dezembro de 2020, a carteira de LFTs da Companhia contém títulos cujos vencimentos ocorrerão entre 2021 e 2025.
- b. CDB's com data de liquidez em dezembro de 2021.



9. Contas a receber

Prática contábil

As contas a receber de clientes da Companhia correspondem aos valores faturados pela venda de energia elétrica no curso normal das suas atividades. Inicialmente, o reconhecimento é pelo valor justo e, subsequentemente, mensurado pelo custo amortizado, ajustado ao valor presente deduzido da perda de crédito esperada (PCE).

	Consolidado	
	2020	2019
Contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (CCEAR):		
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	118.719	125.289
Parnaíba I Geração de Energia S.A. *	-	152.401
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A.	153.620	-
Pecém II Geração de Energia S.A.	99.191	98.077
Itaqui Geração de Energia S.A.	104.921	100.642
	476.451	476.409
Contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente livre (ACL):		
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	57.067	64.736
Eneva Comercializadora de Energia Ltda.	1.026	914
Pecém II Geração de Energia S.A.	29.413	45.078
Parnaíba Geração e Comercialização S.A.	85.692	-
Itaqui Geração de Energia S.A.	14.804	46.140
Parnaíba I Geração de Energia S.A. *	-	39.813
	188.002	196.681
Contratos de comercialização de energia elétrica bilateral:		
Eneva Comercializadora de Energia Ltda.	45.410	30.274
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A.	51	-
Tauá Geração de Energia Ltda.	-	30
	45.461	30.304
Contratos de comercialização de gás condensado		
Eneva S.A.	1.413	2.150
	1.413	2.150
Perda de crédito esperada		
Provisão para perda de crédito esperada	(10.363)	(10.363)
	700.964	695.181

* Incorporada em 1º de janeiro de 2020 por Parnaíba Geração e Comercialização S.A.

Avaliação do risco de crédito

O mercado de energia é um ambiente altamente regulado, com mecanismos mitigatórios ao risco de inadimplência dos seus agentes. A segurança financeira do mercado está pautada no modelo de Câmara de compensação multilateral e centralizada.

As operações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) são contabilizadas e liquidadas de forma multilateral, não havendo indicação de parte e contraparte. Esse modelo é benéfico para os agentes individualmente e para a estabilidade do mercado como um todo, minimizando a probabilidade de impactos negativos. Dessa forma, todos os agentes são garantidores das operações a serem liquidadas.

Adicionalmente, para os contratos comercializados bilateralmente é realizada uma análise de risco frente às contrapartes, antes da operação, através de informações auditadas, informações de mercado e situação atual da empresa e, posteriormente, através do registro do contrato na CCEE e o acompanhamento da empresa em relação aos pagamentos, que em caso de atraso, a energia negociada não é registrada e a contraparte ficará com um déficit de energia, sujeito ao preço de energia atual no mercado (PLD) e a multa na Câmara Comercializadora de Energia Elétrica (CCEE).

O mercado de contratação livre de energia ainda conta com outras formas de mitigação do risco, como cláusulas contratuais, carta fiança, seguro garantia e outros.

Por todo contexto acima, entendemos que não há riscos de perda no contas a receber da Companhia, principalmente pelo ambiente de mercado em que estamos inseridos.

Não existem contas a receber em atraso e com expectativa de perda, exceto o saldo da Canabrava Energética S.A, no valor de R\$ 10.363 mil, cuja provisão para perda de crédito esperada foi reconhecida integralmente.

O detalhamento por tipo de recebível está descrito na nota explicativa nº 25 – “Receita de venda de bens e/ou serviços”.

* A projeção dos lucros tributáveis futuros está alinhada com o plano estratégico da Companhia e o período estimado de realização dos impostos diferidos é de 13 e 14 anos.

(b) Composição das diferenças temporárias por natureza (ativo):

	2020	2019
Provisões indedutíveis	83.142	32.281
Gastos pré-operacionais - RTT *	58.912	72.254
Ativo - diferenças temporárias	142.054	104.535

* Constituídos sobre saldo de gastos pré-operacionais que, por conta do Regime Tributário de Transição, passaram a ser controlados na Parte B do Lalur e, conseqüentemente, estão sendo excluídos para fins de determinação do lucro real, desde o início das operações, em quotas fixas mensais e no prazo máximo de 10 anos.

(c) Composição das diferenças temporárias por natureza (passivo):

	2020	2019
Depreciação acelerada	159.027	126.633
Ganho por compra vantajosa	98.262	105.573
Mais-valia de ativos	27.040	29.236
Ajuste a valor justo	30.493	30.493
Provisões indedutíveis	2.230	
Passivo - diferenças temporárias	317.052	291.935

Em 31 de dezembro de 2020, os tributos calculados sobre o lucro líquido compreendem o IRPJ (alíquota de 15% e adicional de 10%) e a CSLL (alíquota de 9%). A conciliação do valor calculado pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Resultado do período antes do IRPJ/CSLL	755.350	545.922	817.119	556.459
Alíquota nominal - %	34%	34%	34%	34%
IRPJ/CSLL à alíquota nominal	(256.819)	(185.613)	(277.821)	(189.196)
Resultado de equivalência patrimonial	193.683	143.507	(2.879)	(1.053)
Subvenção para investimento – ICMS (a)	21.547	21.042	21.547	21.042
Outras diferenças permanentes	39.943	(2.004)	33.346	3.674
Ativo fiscal não constituído (b)	26.140	(6.770)	95.108	20.021
Redução benefício SUDENE e PAT (c)	11.866	10.726	60.851	51.053
Constituição do diferido (d)	215.895	73.988	259.264	137.080
IRPJ e CSLL correntes e diferidos	252.255	54.876	189.416	42.621
Despesa de IRPJ e CSLL corrente	(434)	(17.280)	(33.858)	(39.483)
IRPJ e CSLL diferidos	252.689	72.156	223.274	82.104
Total	252.255	54.876	189.416	42.621
Alíquota efetiva	(33,40%)	(10,05%)	(23,18%)	(7,66%)

- Subvenção para investimento referente a incentivo fiscal no Estado do Maranhão, concedido pela Lei nº 9.463/2011, que consiste em crédito presumido de ICMS nas saídas de gás natural destinadas à usina termelétrica movida a este combustível.
- Refere-se à parcela de impostos diferidos de controladas que não foram registrados devido à incerteza quanto à sua recuperação.
- O valor mais relevante se refere ao benefício fiscal regional concedido pela Sudene, que resulta em redução de até 75% do IRPJ, no período de 10 anos.
- IRPJ e CSLL diferidos ativos sobre os saldos de prejuízos fiscais e bases negativas de Contribuição Social, cuja recuperabilidade está fundamentada por projeções econômico-financeiras elaboradas com base em premissas internas e em cenários macroeconômicos, comerciais e tributários.

12. Investimentos



12.1 Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Participações societárias	6.267.315	4.405.936	9.633	5.330
Adiantamento para futuro aumento de capital	19.885	356.601	-	-
	6.287.200	4.762.537	9.633	5.330

As participações societárias da Companhia incluem as controladas (diretas e indiretas), controladas em conjunto e as coligadas. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os saldos dos principais grupos de contas das investidas são os seguintes:

	Participação Societária	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio Líquido	2020
							Lucro (Prejuízo)
Controladas (diretas e indiretas)							
Térmicas a gás							
Azulão Geração de Energia S.A.	99,90%	558.254	1.359.064	46.132	851.547	1.019.639	(3.736)
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A.	60,72%	347.665	2.176.182	414.327	1.127.256	982.264	179.431
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	90,00%	626.058	1.628.755	330.656	796.997	1.127.160	160.385
Upstream							
Parnaíba B.V.	100,00%	98.832	-	279	-	98.553	6.656
Térmicas a carvão							
Itaqui Geração de Energia S.A.	100,00%	367.159	2.266.967	259.605	734.971	1.639.550	149.342
Pecém II Geração de Energia S.A.	100,00%	348.258	1.752.002	215.343	825.843	1.059.074	47.400
Pecém II Participações S.A.	100,00%	1.828	1.059.074	74	3.442	1.057.386	47.606
Comercialização de energia							
Eneva Comercializadora de Energia Ltda	100,00%	112.499	45.715	40.240	5.758	112.216	45.626
Outros							
Amapari Energia S.A.	51,00%	61.313	1.188	2.215	65.683	(5.397)	(2.183)
Eneva Participações S.A.	100,00%	9.292	722.868	5.698	35.098	691.364	125.967
Jandaíra Ventos S.A.	99,90%	-	-	-	-	-	(70)
Jandaíra II Ventos S.A.	99,90%	-	-	-	-	-	(54)
SPE's Ventos (a)	100,00%	3	1.905	24	462	1.422	(489)
Seival Geração de Energia Ltda	100,00%	3.104	-	96	23.857	(20.849)	412
Sul Geração de Energia Ltda.	50,00%	-	13.120	14	1.014	12.092	69
Termopantanal Ltda.	66,67%	10	7.464	1	9.731	(2.258)	-
Termopantanal Participações Ltda.	66,67%	10	400	1	2.726	(2.317)	-
Tauá Geração de Energia Ltda (a)	100,00%	71	17.478	769	6.061	10.719	(1.686)
Controladas em conjunto							
Centrais Termelétricas São Marcos S.A.	50,00%	20	-	-	-	20	(590)
MABE Construção e Administração de Projetos Ltda.	50,00%	6.455	3.224	4.617	2.789	2.273	(23.072)
PO&M - Pecém Operação e Manutenção de Geração Elétrica S.A.	50,00%	6.512	2.312	1.725	100	6.999	605
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A.	50,00%	12.366	4.321	4.148	2.565	9.974	7

2019

	Participação Societária	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio Líquido	Lucro (Prejuízo)
Controladas (diretas e indiretas)							
Térmicas a gás							
Azulão Geração de Energia S.A	99,90%	4.773	245.925	40.712	851	209.135	(1.021)
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A	60,72%	11.295	407.223	65.754	8.280	344.484	21.844
Parnaíba I Geração de Energia S.A	100,00%	421.170	1.063.555	229.356	864.379	390.990	107.794
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	88,85%	445.546	1.604.374	202.312	897.616	949.992	88.249
Upstream							
Parnaíba B.V.	100,00%	6.012	167.404	78.962	-	94.454	64
Térmicas a carvão							
Itaquí Geração de Energia S.A.	100,00%	320.551	2.269.408	284.486	815.265	1.490.208	168.129
Pecém II Geração de Energia S.A	100,00%	315.039	1.811.660	223.787	891.113	1.011.799	29.854
Pecém II Participações S.A	100,00%	1.993	1.011.799	497	3.516	1.009.779	29.767
Comercialização de energia							
Eneva Comercializadora de Energia Ltda	100,00%	67.040	62.434	59.499	3.384	66.591	12.837
Outros							
Amapari Energia S.A.	51,00%	46.197	473	3.565	46.318	(3.213)	(3.505)
Eneva Participações S.A.	100,00%	383	526.849	5.127	35.800	486.305	31.701
Jandaíra Ventos S.A.	99,90%	-	-	-	-	-	(20)
Jandaíra II Ventos S.A.	99,90%	-	-	-	-	-	(18)
MPX Energia GMBH	100,00%	398	-	-	-	398	-
SPE's Ventos	100,00%	1	1.937	25	583	1.330	(849)
Seival Geração de Energia Ltda	100,00%	3	2.730	201	23.793	(21.261)	2.685
Sul Geração de Energia Ltda.	50,00%	-	13.134	97	1.013	12.024	(272)
Termopantanal Ltda.	66,67%	10	7.464	1	9.731	(2.258)	-
Termopantanal Participações Ltda.	66,67%	10	400	1	2.726	(2.317)	-
Tauá Geração de Energia Ltda	100,00%	58	19.056	10.458	1.597	7.059	(1.885)
Controladas em conjunto							
Centrais Termelétricas São Marcos S.A.	50,00%	1.343	-	733	-	610	(1.391)
MABE Construção e Administração de Projetos Ltda.	50,00%	78.043	10.817	18.883	92.070	(22.093)	6.380
PO&M - Pecém Operação e Manutenção de Geração Elétrica S.A.	50,00%	7.046	2.345	4.087	4.437	867	369
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A.	50,00%	18.031	6.117	13.107	1.857	9.184	2.063

12.2 Muta o do Investimento - valor patrimonial

Investimentos	%	Saldo em 2019	Transfer�ncia de Passivo a Descoberto	Integrati-za�o de Capital	AFAC	Equiva-l�ncia	Amorti-za�o	Incorpora�o	Juros PGC	Hedge Accounting	Dividendos	Baixa de Investimento	Reserva de Capital	Ajuste de Avalia�o Patrimonial	Saldo em 2020
Controladas (diretas e indiretas)															
Azul�o Gera�o de Energia S. A	99,90%	208.926	-	835.531	(22.105)	(3.729)	-	-	-	-	-	-	-	-	1.018.623
Parna�ba Gera�o e Comercializa�o de Energia	60,72%	128.414	-	35.924	(15.605)	110.218	-	390.990	46.209	(1.451)	-	-	-	(26.949)	667.750
Parna�ba I Gera�o de Energia S.A.	100,00%	390.990	-	-	-	-	-	(390.990)	-	-	-	-	-	-	-
Parna�ba II Gera�o de Energia S.A.	90,00%	844.068	-	1.000	-	144.340	-	-	-	-	(44.234)	-	65.000	4.270	1.014.444
Parna�ba B.V.	100,00%	94.569	-	657	-	6.656	-	-	-	-	-	-	-	(3.329)	98.553
Itaqui Gera�o de Energia S.A.	100,00%	1.490.208	-	-	-	149.342	-	-	-	-	-	-	-	-	1.639.550
Pec�m II Participa�es S.A.	100,00%	1.009.778	-	-	1	47.606	-	-	-	-	-	-	-	-	1.057.385
Eneva Participa�es S.A.	100,00%	550.684	-	-	57.359	125.967	-	-	-	(940)	-	-	-	22.679	755.749
Outros	-	6.506	-	(111)	235	(90)	-	-	-	-	-	(399)	-	-	6.141
Controladas em conjunto															
Porto do Pec�m Transportadora de Min�rios S.A.	50,00%	4.592	-	392	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	4.987
Pec�m Oper. e Manuten�o de Ger. El�trica S.A.	50,00%	433	-	2.764	-	303	-	-	-	-	-	-	-	-	3.500
Centrais Termel�trica S�o Marco S.A.	50,00%	304	-	-	-	(295)	-	-	-	-	-	-	-	-	9
MABE Constru�o e Administra�o de Projeto	50,00%	-	(11.047)	22.847	-	(10.664)	-	-	-	-	-	-	-	-	1.136
		4.729.472	(11.047)	899.004	19.885	569.657	-	-	46.209	(2.391)	(44.234)	(399)	65.000	(3.329)	6.267.827
Mais valia e menos valia de ativos															
Controladas (diretas e indiretas)															
Parna�ba Gera�o e Comercializa�o de Energia	60,72%	10.478	-	-	-	-	(464)	-	-	-	-	-	-	-	10.014
Pec�m II Participa�es S.A.	100,00%	(146.607)	-	-	-	-	(6.457)	-	-	-	-	-	-	-	(153.064)
		4.593.343	(11.047)	899.004	19.885	569.657	(6.921)	-	46.209	(2.391)	(44.234)	(399)	65.000	(3.329)	6.124.777
Direito de uso															
Controladas (diretas)															
Parna�ba II Gera�o de Energia S.A.	88,85%	38.315	-	-	-	-	(4.454)	-	-	-	-	-	-	-	33.861
Itaqui Gera�o de Energia S.A.	100,00%	12.105	-	-	-	-	(511)	-	-	-	-	-	-	-	11.594
Eneva Participa�es S.A.	100,00%	118.774	-	-	-	-	(1.806)	-	-	-	-	-	-	-	116.968
Total investimentos		4.762.537	(11.047)	899.004	19.885	569.657	(13.692)	-	46.209	(2.391)	(44.234)	(399)	65.000	(3.329)	6.287.200

12.3 Composição do resultado de equivalência patrimonial:

	Controladora	
	2020	2019
Resultado de equivalência patrimonial	569.657	422.078
Resultado de passivo a descoberto	(1.113)	(4.975)
Amortização de ativos avaliados a valor justo	(13.692)	(19.497)
	554.852	397.606

12.4 Composição da participação de acionistas não controladores

A seguir a composição da participação de acionistas não controladores no patrimônio e no resultado das investidas:

Investimentos	Participação	2020		2019	
		Patrimônio Líquido	Resultado	Patrimônio Líquido	Resultado
Amapari Energia S.A.	49,00%	(2.650)	(1.070)	(1.580)	(1.718)
Termopantanal Participações	33,34%	(773)	-	(773)	-
Total		(3.423)	(1.070)	(2.353)	(1.718)

12.5 Passivo a descoberto

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Eneva possui controladas em situação de passivo a descoberto (patrimônio líquido negativo).

Abaixo apresentamos a mutação do saldo no exercício corrente:

Empresa	Saldo em 2019	Provisão para Passivo a Descoberto	Saldo em 2020
Controladas (diretas e indiretas)			
Outros			
Amapari Energia S.A.	(1.639)	(1.113)	(2.752)
Termopantanal Participações Ltda	(1.546)	-	(1.546)
Total passivo a descoberto	(3.185)	(1.113)	(4.298)

13. Imobilizado



13.1 Composição dos saldos

	Consolidado 2020										
	Terrenos	Edificações, Obras Civas Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Equipamento de Informática	Veículos	Móveis e Utensílios	Imobilizado E&P	Provisão para perda Impairment	Imobilizado em Curso	Direito de Uso	Total
Custo											
Saldo em 31 de dezembro de 2019	13.599	3.138.711	4.329.160	13.757	2.769	39.335	2.545.975	(289.807)	1.835.376	128.033	11.756.908
Adições (a)	200	1.706	556	850	-	210	28.538	-	1.506.836	-	1.538.896
Adições IFRS16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	27.659	27.659
Movimentação de derivativos	-	-	-	-	-	-	-	-	(41.084)	-	(41.084)
Baixas	(2.930)	(831)	(22.591)	(67)	(492)	(87)	-	-	-	-	(26.998)
Poço seco	-	-	-	-	-	-	-	-	(19.308)	-	(19.308)
Adiantamento fornecedor (b)	-	-	-	-	-	-	-	-	1.003.615	-	1.003.615
Provisão abandono	-	-	(1.306)	-	-	-	(15.270)	-	3.074	-	(13.502)
Crédito de PIS/COFINS	-	-	-	-	-	-	-	-	(10.840)	-	(10.840)
Transferências	4.376	79.022	213.042	4.299	173	1.227	-	-	(302.139)	-	-
Reversão de provisão para perda ao valor recuperável	-	-	-	-	-	-	-	52.777	-	-	52.777
Custo de transação 2ª emissão de debêntures 3ª Série	-	-	-	-	-	-	-	-	852	-	852
Juros 2ª emissão de debêntures 3ª série	-	-	-	-	-	-	-	-	38.572	-	38.572
Variação monetária 2ª emissão de debêntures 3ª série	-	-	-	-	-	-	-	-	31.855	-	31.855
Saldo em 31 de dezembro de 2020	15.245	3.218.608	4.518.861	18.839	2.450	40.685	2.559.243	(237.030)	4.046.809	155.692	14.339.402
Depreciação											
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	(659.901)	(1.098.630)	(9.600)	(2.752)	(14.895)	(1.158.119)	26.240	-	(33.647)	(2.951.304)
Adições	-	(108.922)	(201.458)	(1.629)	(281)	(1.908)	(99.046)	-	-	-	(413.244)
Adições IFRS16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(35.845)	(35.845)
Baixas	-	166	7.060	37	403	-	-	-	-	-	7.666
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	(768.657)	(1.293.028)	(11.192)	(2.630)	(16.803)	(1.257.165)	26.240	-	(69.492)	(3.392.727)
Valor contábil											
Saldo em 31 de dezembro de 2019	13.599	2.478.810	3.230.530	4.157	17	24.440	1.387.856	(263.567)	1.835.376	94.386	8.805.604
Saldo em 31 de dezembro de 2020	15.245	2.449.951	3.225.833	7.647	(180)	23.882	1.302.078	(210.790)	4.046.809	86.200	10.946.675

a. A movimentação está representada substancialmente pelos equipamentos recebidos para: (i) Início da segunda fase das obras do projeto Azulão-Jaguatirica II e (ii) Avanço das obras de Parnaíba V.

b. A movimentação está representada substancialmente por: (i) R\$ 644 milhões que serão destinados à construção do projeto integrado Azulão-Jaguatirica; (ii) R\$ 325 milhões destinados à construção do Projeto Parnaíba V. Cabe ressaltar que os adiantamentos aos fornecedores vinculados à construção das usinas possuem fianças bancárias.

Consolidado 2019

	Terrenos	Edificações, Obras Cíveis Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Equipamento de Informática	Veículos	Móveis e Utensílios	Imobilizado E&P	Provisão para perda Impairment	Imobilizado em Curso	Direito de Uso	Total
Custo											
Saldo em 31 de dezembro de 2018	10.575	3.143.449	4.399.763	15.235	3.124	41.239	2.514.369	(418.141)	738.844	-	10.448.457
Adições	3.024	3.504	29.008	705	-	396	31.606	1.220	656.210	-	725.673
Adições CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	128.033	128.033
Adições reclassificação estoque	-	-	-	-	-	-	-	-	40.273	-	40.273
Movimentação de derivativos	-	-	-	-	-	-	-	-	(33.640)	-	(33.640)
Baixas	-	(6.164)	-	-	-	-	-	-	(1.706)	-	(7.870)
Baixas - ajuste inventário	-	(2.078)	(5.119)	(2.183)	(355)	(2.300)	-	-	-	-	(12.035)
Poço seco	-	-	-	-	-	-	-	-	(36.986)	-	(36.986)
Adiantamento fornecedor	-	-	-	-	-	-	-	-	358.174	-	358.174
Crédito de PIS/COFINS	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.355)	-	(5.355)
Transferências	-	-	(94.492)	-	-	-	-	-	94.492	-	-
Reversão de provisão para perda ao valor recuperável	-	-	-	-	-	-	-	127.114	-	-	127.114
Custo de transação 2ª emissão de debêntures 3ª série	-	-	-	-	-	-	-	-	214	-	214
Juros 2ª emissão de debêntures 3ª série	-	-	-	-	-	-	-	-	15.449	-	15.449
Variação monetária 2ª emissão de debêntures 3ª série	-	-	-	-	-	-	-	-	9.407	-	9.407
Saldo em 31 de dezembro de 2019	13.599	3.138.711	4.329.160	13.757	2.769	39.335	2.545.975	(289.807)	1.835.376	128.033	11.756.908
Depreciação											
Saldo em 31/12/2018	-	(552.750)	(910.072)	(9.626)	(2.591)	(13.572)	(1.056.247)	26.320	-	-	(2.518.538)
Adições	-	(108.746)	(190.332)	(1.807)	(397)	(2.087)	(101.872)	(80)	-	-	(405.321)
Adições CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(33.647)	(33.647)
Baixas	-	1.183	-	-	-	-	-	-	-	-	1.183
Baixas - ajuste inventário	-	412	1.774	1.833	236	764	-	-	-	-	5.019
Saldo em 31/12/2019	-	(659.901)	(1.098.630)	(9.600)	(2.752)	(14.895)	(1.158.119)	26.240	-	(33.647)	(2.951.304)
Valor contábil											
Saldo em 31/12/2018	10.575	2.590.699	3.489.691	5.609	533	27.667	1.458.122	(391.821)	738.844	-	7.929.919
Saldo em 31/12/2019	13.599	2.478.810	3.230.530	4.157	17	24.440	1.387.856	(263.567)	1.835.376	94.386	8.805.604

Prática contábil

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção deduzido de depreciação acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- (i) O custo de materiais e mão de obra direta;
- (ii) Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- (iii) Os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados; e
- (iv) Custos de empréstimos e debêntures que são capitalizados como parte do imobilizado se esses custos foram diretamente relacionados à construção de um ativo qualificável. A capitalização ocorre até que o ativo qualificado esteja pronto para seu uso pretendido.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com esses gastos sejam auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos, conforme apresentado a seguir:

Itens de Imobilizado	Range de Depreciação
Edificações e benfeitorias	25 a 50 anos
Equipamentos de informática	6 anos
Máquinas e equipamentos	5 a 40 anos
Móveis e utensílios	16 anos
Veículos	7 anos
Direitos de uso	1 a 28 anos

Depreciação imobilizado de geração

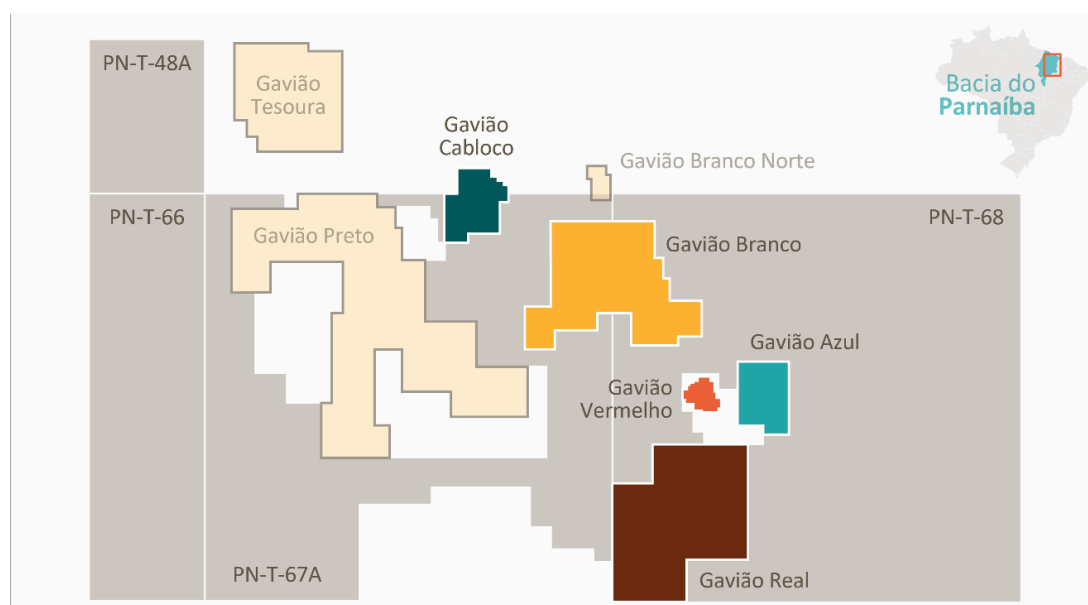
Itens do ativo imobilizado de Geração são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente, a partir do início de sua operação.

Depreciação do imobilizado na fase de exploração e produção – (E&P)

O imobilizado de E&P é depreciado a partir da declaração de comercialidade e início da produção, pelo método de unidades produzidas.

Anualmente, o volume de reservas 2P de cada campo é certificado por consultoria independente, e com base nessas informações, a Companhia mantém seus registros de depreciação por unidades produzidas.

Abaixo quadro resumo*:



* informação não auditada

	Gavião Real		Gavião Vermelho		Gavião Branco		Gavião Cabloco		Gavião Azul	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Volume recuperável em bilhões m ³ (a):	9,7840	9,6701	2,2440	2,2438	7,4130	7,1902	4,6180	4,7180	2,0240	1,3801
Produção do campo acumulada em bilhões de m ³ :	(7,1920)	(6,7596)	(1,2609)	(1,0193)	(2,5153)	(2,2157)	(1,4440)	(0,9726)	(0,1459)	(0,0498)
Total:	2,5920	2,9105	0,9831	1,2245	4,8977	4,9745	3,1740	3,7454	1,8781	1,3303

a. Em 06 de janeiro de 2021, a consultoria independente Gaffney, Cline & Associates, Inc (GCA) emitiu novo relatório executivo de auditoria das reservas de gás natural dos nove campos declarados comerciais no Parque dos Gaviões, na Bacia do Parnaíba e em um campo na Bacia do Amazonas.

Segundo os critérios do Petroleum Resources Management System (PMRS), A GCA certificou as reservas de gás natural, conforme a tabela abaixo:

Reservas de Gás Natural dos nove Campos da Bacia do Parnaíba e um Campo da Bacia do Amazonas		
Categoria das Reservas	Volume Brutos de Gás dos Campos (100% WI)	Reservas de Gás da Eneva (100% WI)
	(Bm ³)	(Bm ³)
Provada desenvolvida	12,4	12,4
Provada não desenvolvida	11,7	17,1
Total (1P)	24,1	29,5
2P	25,9	31,8
3P	29,3	35,7

Reservas provadas: são reservas que podem ser produzidas com alto nível de garantia.

Reservas não provadas: são baseadas em dados geológicos e de engenharia semelhantes aos usados para calcular reservas provadas. Contudo, devido a incertezas técnicas, contratuais ou regulatórias, não são incluídas nas reservas provadas.

Reservas desenvolvidas: são aquelas aptas a serem recuperadas, cujos investimentos necessários em infraestrutura para produção já foram executados.

Não desenvolvidas: são aquelas em que todo o plano de desenvolvimento necessita ser implementado.

Os níveis de garantia de produção, subdividem-se em:

1P – Alto nível de garantia de produção;

2P – Reservas prováveis de produção, atribuíveis 50% no nível de garantia; e

3P – Reservas possíveis de produção, atribuíveis 10% no nível de garantia.

13.2 Avaliação de impairment

Para fins de avaliação de impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente - Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). A Companhia considera que cada usina de geração térmica (gás e carvão) e a unidade de produção de gás natural constituem as Unidades Geradoras de Caixa.

A Companhia e suas controladas são requeridas anualmente a efetuarem teste de redução ao valor recuperável de ativo intangível de vida útil indefinida ('Goodwill'). Também é requerida a avaliação quanto à existência de qualquer indicativo de perda por redução ao valor recuperável ('impairment') ou de reversão de perdas reconhecidas em exercícios anteriores para os demais ativos não financeiros.

O ativo imobilizado de Itaquí Geração de Energia S.A e o ativo intangível de vida útil indefinida gerado na combinação de negócios realizada em 2015 e que, após a reestruturação societária da Companhia, está registrado sobre o investimento na controlada Parnaíba II foram submetidos ao teste de recuperabilidade considerando o modelo de valor em uso baseado no valor presente do fluxo de caixa, por unidade geradora de caixa. Para as demais UGCs, não foram identificados indicativos que requeressem o teste de recuperabilidade.

Cabe destacar que referida UGC vem apresentando constante melhora no seu desempenho operacional, fruto de investimentos em melhoria de processos e manutenções preventivas. Adicionalmente, a normalização da curva de despacho, após período de crise hídrica que ocorreu no início da operação, também contribuiu para a estabilização deste ativo. Como consequência dos testes de valor recuperável, foi revertido o valor de R\$ 52.777 referente ao impairment constituído em anos anteriores relativo à Itaquí Geração de Energia S.A..

A controlada, em 31 de dezembro de 2020, ainda possui um montante de perda por redução ao valor recuperável de R\$ 176.563 provisionado em exercícios anteriores, ou seja, esse é o valor máximo que pode ser revertido. Em 31 de dezembro de 2020, o valor contábil desse ativo se aproxima do valor recuperável e, com isso, estaria mais suscetível ao reconhecimento de perdas ou reversões de perdas no futuro em função de alterações em premissas utilizadas para determinação do valor recuperável.

A conclusão a respeito do teste realizado sobre o ágio está apresentada na nota explicativa nº 14 – "Intangível".

As premissas-chave dos testes de valor recuperável estão descritas a seguir, sendo uniformes entre os ativos testados e tendo sido aprovadas pela Administração.

Abordagem

Projetaram-se fluxos de caixa operacionais, expressos em termos nominais (considerando os efeitos inflacionários da economia) e apresentados em moeda corrente, Reais (R\$).

Prazo

A projeção inicia-se em 2021 e se estende até o ano de 2050 para ambos os ativos testados.

Nos ativos de geração de energia, a vida útil está definida pela capacidade operacional das plantas e pela viabilidade econômica das mesmas. As Usinas possuem contratos de geração de energia Power Purchase Agreement (PPA) com prazo de 15 a 20 anos, encerrando em 2026 (Itaquí) e 2035 (Parnaíba II).

Para o período complementar que se estende até a finalização do período de projeção (2050), a premissa assumida foi a continuidade das operações sob regime de disponibilidade, utilizando os acordos comerciais vigentes como melhor estimativas para projetar os fluxos operacionais.

Preço de venda

A referência utilizada são as condições contratuais atuais até o final da vida útil dos ativos, indexados pela inflação (IPCA).

A premissa de preço assumida para o 2º ciclo de monetização do ativo, ou seja, período compreendido entre o término do Contrato de Comercialização de Energia Ambiente Regulado (CCEAR) atual da Companhia, e o prazo da autorização para geração de energia concedida pela ANEEL, foi o estudo de preços de energia de longo prazo elaborado pela consultoria independente PSR, no ano de 2020.

CAPEX de manutenção e overhaul

Foram projetados investimentos em manutenção de acordo com o ciclo orçamentário indexados pela inflação (IPCA). Trata-se de dispêndios que se comportam de forma linear ao longo dos anos, exceto para os gastos com "overhaul", que ocorrem em ciclos pré-determinados pelo fabricante da turbina.

Taxa de desconto

A Companhia aplica a abordagem do Custo Médio Ponderado de Capital (CPMC) em termos nominais para Itaqui, e o custo de Capital Próprio (Ke) para Parnaíba II, considerando efeitos inflacionários, conforme abaixo:

	Itaqui (CMPC)	Parnaíba II
CMPC e Ke nominal (pós tax)	8,19%	8,64%
CMPC e Ke nominal (pré tax)	8,24%	8,74%

As taxas acima apresentadas foram ajustadas ao longo da projeção, considerando a evolução da estrutura de endividamento específica da “UGC” e a evolução da alíquota de impostos e das premissas de inflação.

14. Intangível



Prática contábil

Os ativos intangíveis estão mensurados pelo custo total de aquisição menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, de acordo com o detalhamento a seguir:

	Range de Amortização	31.12.2020			31.12.2019		
		Custo	Amortização*	Valor Líquido	Custo	Amortização	Valor Líquido
Licenças e Software de Informática	5 anos	34.554	(28.890)	5.664	33.173	(25.811)	7.362
Intangível de E&P	Unidade produzida	475.862	(33.161)	442.701	472.359	(23.450)	448.909
Direito de uso	15 a 33 anos	86.235	(37.145)	49.090	90.592	(36.186)	54.406
Outorgas e CCEARs	15 anos	183.449	(90.768)	92.681	183.449	(78.544)	104.905
Direito de uso na aquisição de investimento	1 a 30 anos	754.571	(126.313)	628.258	754.590	(98.798)	655.792
Direito de uso de ativos com vida útil indefinida	-	73.497	-	73.497	73.497	-	73.497
Intangíveis em curso	-	46.654	-	46.654	36.935	-	36.935

*A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado, baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas dos ativos a partir da data em que esses estão disponíveis para uso, com exceção do intangível de E&P para exploração de gás natural que são amortizados com base nas unidades produzidas. Esses métodos são os que melhor refletem o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados nos diferentes ativos.

Mutação dos ativos intangíveis

	Consolidado							
	Licenças e Software de Informática	Intangível de E&P	Direito de Uso	Outorgas e CCEARs	Direito de uso na Aquisição de Investimentos	Direito de Uso de Ativos com a Vida Útil Indefinida	Intangível em Curso	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	11.148	458.491	57.472	117.129	690.537	73.497	31.930	1.440.204
Adições	72	-	-	-	-	-	5.005	5.077
Amortização	(3.858)	(9.582)	(3.066)	(12.224)	(34.745)	-	-	(63.475)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	7.362	448.909	54.406	104.905	655.792	73.497	36.935	1.381.806
Adições	1.381	3.503	-	-	-	-	9.719	14.603
Baixas	-	-	(4.376)	-	-	-	-	(4.376)
Transferências	-	-	19	-	(19)	-	-	-
Amortização	(3.079)	(9.711)	(959)	(12.224)	(27.515)	-	-	(53.488)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.664	442.701	49.090	92.681	628.258	73.497	46.654	1.338.545

Intangíveis com vida útil indefinida

O ágio (goodwill) é oriundo da combinação de negócios realizada em 2015 pela Companhia, sendo registrado na conta de “Direito de Uso de Ativos com a Vida Útil Indefinida” nas demonstrações financeiras individuais e no grupo de intangível nas demonstrações financeiras consolidadas. Trata-se do excedente da parcela paga pela Eneva (adquirente) devido à expectativa de geração de lucros futuros pelas adquiridas. Cabe destacar que após a reestruturação societária realizada pelo Grupo nos últimos anos, o ágio está registrado sobre o investimento na controlada Parnaíba II.

O valor recuperável do ágio é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de impairment, conforme determina o CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos.

As premissas-chave dos testes de valor recuperável estão descritas na nota explicativa nº 13.2 – “Avaliação de impairment”. Com base nos testes realizados, não foi identificada perda no seu valor recuperável para o exercício de 2020. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o montante de ativos classificados com vida útil indefinida é de R\$ 73.497.

15. Fornecedores



Prática contábil

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas no balanço conforme prazo de vencimento (circulante e não circulante). Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

	Consolidado	
	2020	2019
Geração de energia (a)	157.653	154.625
Construção de novas usinas (b)	187.775	109.841
Comercialização de energia	36.138	68.860
Exploração e produção de gás	51.999	96.371
Manutenção das usinas (c)	59.489	165.518
Outros	43.784	34.644
	536.838	629.859
Circulante	492.456	598.155
Não circulante	44.382	31.704

- a. O saldo é composto substancialmente por obrigações com fornecedores de insumos para a geração de energia e fornecedores que realizam as manutenções das usinas referente às paradas programadas.
- b. Correspondem aos investimentos ligados à construção do projeto Azulão-Jaguatirica e à usina termelétrica Parnaíba V. O principal fornecedor dessas construções é a Techint Engenharia e Construção.
- c. O saldo está ligado substancialmente às paradas programadas das usinas, que têm como objetivo a manutenção de máquinas e o aumento de sua vida útil.

16. Impostos e contribuições a recolher



	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	717	18.139	5.769	70.750
Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL	3.677	6.808	31.229	23.397
	4.394	24.947	36.998	94.147

As empresas do grupo são tributadas com base no regime de Lucro Real, efetuando as antecipações mensais de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, nos termos da legislação vigente.

A seguir apresentamos os saldos dos demais impostos e contribuições a recolher:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
ICMS	3.722	3.542	10.639	12.323
PIS, COFINS e IOF	16.971	12.735	32.443	25.334
Tributos de importação	561	486	752	1.126
Royalties	12.672	9.957	12.672	9.957
Outros	7.686	6.461	10.580	10.217
	41.612	33.181	67.086	58.957

17. Endividamentos



						2020				Consolidado 2019			
Empresa	Credor	Moeda	Taxas de Juros	Taxas Efetivas*	Vencimento	Custo de Captação a Apropriar	Principal	Juros	Total	Custo de Captação a Apropriar	Principal	Juros	Total
Empréstimos e financiamentos													
Eneva	FINEP	R\$	TJLP+3,00%	7,87%	15/03/2025	-	49.058	159	49.217	-	60.602	222	60.824
Eneva	FINEP	R\$	TJLP+1,00%	5,87%	15/12/2028	(307)	31.232	76	31.001	(368)	31.557	60	31.249
PGC	BNB	R\$	IPCA + 1,9388%	6,46%	15/07/2036	(7.925)	422.569	13.576	428.220	-	-	-	-
Itaqui	BNDES (Direto)	R\$	TJLP+2,78%	-	15/06/2026	-	-	-	-	(4.284)	605.376	2.026	603.118
Itaqui	BNB	R\$	10%	-	15/12/2026	-	-	-	-	(1.406)	148.127	629	147.350
Pecém II	BNDES (Direto) (a)	R\$	TJLP+3,14%	-	15/06/2027	-	-	-	-	(2.861)	333.765	1.163	332.067
Pecém II	BNDES (Direto) (a)	R\$	IPCA+10,59%	-	15/06/2027	-	-	-	-	(380)	120.028	505	120.153
Pecém II	BNB	R\$	10%	-	31/01/2028	-	-	-	-	(2.625)	193.719	-	191.094
Azulão	BASA SubCrédito A e B	R\$	IPCA + 1,6190%	6,14%	16/06/2036	(8.489)	490.617	2.687	484.815	-	-	-	-
Azulão	BASA SubCrédito C	R\$	IPCA + 1,3247%	5,84%	16/06/2036	(5.664)	359.323	1.914	355.573	-	-	-	-
						(22.385)	1.352.799	18.412	1.348.826	(11.924)	1.493.174	4.605	1.485.855
Depósitos vinculados						-	(18.534)	-	(18.534)	-	(86.441)	-	(86.441)
						(22.385)	1.334.265	18.412	1.330.292	(11.924)	1.406.733	4.605	1.399.414
Circulante						(1.089)	15.447	4.835	19.193	(2.603)	176.183	4.605	178.185
Não circulante						(21.296)	1.318.818	13.577	1.311.099	(9.321)	1.230.550	-	1.221.229
Debêntures													
PGC	1ª emissão - 1ª Série	R\$	IPCA + 7,2227%	11,74%	15/11/2025	(5.246)	305.685	2.719	303.158	(7.513)	318.980	2.659	314.126
PGC	1ª emissão - 2ª Série	R\$	CDI + 2,50%	5,27%	15/11/2025	(8.424)	435.290	2.412	429.278	(12.186)	493.145	4.163	485.122
Parnaíba II	3ª emissão - 1ª Série	R\$	CDI + 0,60%	3,37%	02/10/2022	(305)	100.000	602	100.297	(478)	100.000	1.138	100.660
Parnaíba II	3ª emissão - 2ª Série	R\$	CDI + 1,01%	3,78%	02/10/2024	(1.088)	290.000	2.034	290.946	(1.423)	290.000	3.552	292.129
Parnaíba II	3ª emissão - 3ª Série	R\$	CDI + 1,40%	4,17%	02/10/2026	(1.507)	360.000	2.863	361.356	(1.794)	360.000	4.705	362.911
Eneva	2ª emissão - 1ª Série	R\$	CDI + 0,95%	3,72%	15/05/2024	(5.461)	750.000	2.698	747.237	(7.263)	750.000	4.961	747.698
Eneva	2ª emissão - 2ª Série	R\$	CDI + 1,45%	4,22%	15/05/2027	(6.300)	750.000	3.170	746.870	(7.568)	750.000	5.405	747.837
Eneva	2ª emissão - 3ª Série	R\$	IPCA + 5,05%	9,57%	15/05/2029	(4.494)	529.817	3.321	528.644	(5.200)	507.369	2.985	505.154
Eneva	3ª emissão - 1ª Série	R\$	IPCA + 4,2259%	8,75%	15/12/2027	(14.152)	680.750	1.231	667.829	(16.055)	652.040	643	636.628
Eneva	5ª emissão - 1ª Série	R\$	IPCA + 5,50%	10,02%	15/06/2030	(24.437)	674.846	1.579	651.988	-	-	-	-
Eneva	6ª emissão - 1ª Série	R\$	IPCA + 4,127%	8,65%	15/09/2030	(16.456)	384.260	3.967	371.771	-	-	-	-
Eneva	6ª emissão - 2ª Série	R\$	IPCA + 4,5034%	9,02%	15/09/2035	(25.437)	589.716	6.634	570.913	-	-	-	-
						(113.307)	5.850.364	33.230	5.770.287	(59.480)	4.221.534	30.211	4.192.265
Depósitos vinculados						-	(57.914)	-	(57.914)	-	(35.137)	-	(35.137)
						(113.307)	5.792.450	33.230	5.712.373	(59.480)	4.186.397	30.211	4.157.128
Circulante						(15.947)	101.237	33.230	118.520	(10.146)	85.248	30.211	105.313
Não circulante						(97.360)	5.691.213	-	5.593.853	(49.334)	4.101.149	-	4.051.815

* Cálculo das taxas efetivas leva em consideração indexadores acumulados do ano de 2020: CDI de 2,77%, IPCA de 4,52% e TJLP de 4,87%.

As instituições financeiras normalmente não requerem garantias para empréstimos e financiamentos concedidos à Controladora. Entretanto, os empréstimos obtidos pelas subsidiárias estão garantidos na estrutura equivalente à Project Finance, principalmente através dos ativos (máquinas e equipamentos) bem como pelo fluxo de faturamento dos contratos de CCEARs das subsidiárias. Adicionalmente, os financiamentos também contam com aval da Controladora para as subsidiárias.

Abaixo, é demonstrada a movimentação dos empréstimos e debêntures (circulante e não circulante):

	Empréstimos e financiamentos		Debêntures	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Saldo em 2019	92.073	1.399.414	2.637.317	4.157.128
(+) Novas captações	90.000	1.363.129	2.007.968	2.007.968
(+) Juros incorridos	12.183	163.058	155.663	232.336
(+/-) Variação monetária	-	1.549	102.011	115.822
(-) Pagamento de principal	(101.869)	(1.529.317)	(410.000)	(494.959)
(-) Pagamento de juros	(12.230)	(124.987)	(147.056)	(229.318)
(+/-) Custo de captação	61	(10.461)	(60.651)	(53.827)
(+/-) Depósitos vinculados	-	67.907	-	(22.777)
Saldo em 2020	80.218	1.330.292	4.285.252	5.712.373

	Empréstimos e financiamentos		Debêntures	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Saldo em 2018	1.604.941	3.381.525	-	1.782.219
(+) Novas captações	14.004	14.004	2.650.000	3.400.000
(+) Juros incorridos	63.563	217.549	75.411	229.654
(+/-) Variação cambial principal	725	725	-	-
(+/-) Variação cambial juros	307	306	-	-
(-) Pagamento de principal	(1.574.676)	(2.063.668)	-	(1.019.480)
(-) Pagamento de juros	(16.909)	(173.022)	(61.414)	(209.678)
(+/-) Custo de captação	(144)	2.658	(36.086)	(17.004)
(+/-) Atualização monetária contratual	262	9.443	9.406	20.852
(-) Depósitos vinculados	-	9.894	-	(29.435)
Saldo em 2019	92.073	1.399.414	2.637.317	4.157.128

As parcelas dos empréstimos, financiamentos e debêntures classificadas no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2020 têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de vencimento	Empréstimos e financiamentos		Debêntures	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
2022	15.384	56.677	(12.064)	213.128
2023	15.395	73.202	(12.146)	277.549
2024	15.404	96.521	738.808	1.051.275
2025	6.756	89.982	466.359	837.515
2026 até último vencimento	11.666	1.013.251	3.092.409	3.272.300
	64.605	1.329.633	4.273.366	5.651.767
Depósitos vinculados	-	(18.534)	-	(57.914)
	64.605	1.311.099	4.273.366	5.593.853

Estratégia para Contratação do Endividamento

Para realizar a contratação de novos financiamentos, são considerados, principalmente, elementos como disponibilidade de recursos (fontes existentes e disponíveis), custo, prazo e indexação. Conforme majoritariamente as receitas da Companhia são corrigidas anualmente pelo IPCA, dívidas com mesma indexação são as que trazem naturalmente um alinhamento entre receitas e despesas financeiras. Entretanto, por se tratar de financiamentos de longo prazo, as diversas indexações disponíveis são avaliadas comparativamente considerando as expectativas pelos prazos considerados e não pelo custo corrente. Por fim, a indexação de financiamentos é vinculada a tipos de instrumentos, com eficiências diferenciadas, e público-alvo de investidores. Portanto, a contratação de novos financiamentos ainda considera a alternativa que apresenta exequibilidade em função de condições de mercado.

Prática contábil

Os empréstimos, financiamentos e as debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que as dívidas estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os custos da terceira série, referentes à 2ª emissão de debêntures simples gerais, e específicos que são diretamente atribuíveis à construção do ativo qualificável (“Parnaíba V”), e os custos referentes à 3ª emissão de debêntures simples em série única, atribuíveis à construção do projeto Parque dos Gaviões foram registrados como parte do custo do ativo imobilizado.

A Administração da Companhia avaliou que a melhor divulgação dos juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures é através dos fluxos de caixa de financiamentos, pois o custo desses passivos financeiros está intrinsicamente ligado à obtenção de recursos para a construção do parque gerador e produtor de gás da Companhia.

Depósitos vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures

A Companhia avalia se os depósitos vinculados aos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures atendem aos seguintes critérios:

- a. não estão condicionados a eventos futuros; e
- b. são legalmente executáveis, no curso normal dos negócios, no caso de inadimplência e no caso de insolvência ou falência

Desta forma, o valor dos depósitos vinculados é apresentado junto com os empréstimos, financiamentos e debêntures a eles relacionados, assim como é apresentado dentro do fluxo de caixa de financiamentos na demonstração do fluxo de caixa.

Covenants financeiros e não financeiros

Os contratos de financiamentos e debêntures das Companhias operacionais (“PGC”, “Parnaíba II” e “Eneva”) e não operacionais (“Azulão”) possuem obrigações que são monitoradas regularmente pela tesouraria e reportadas periodicamente para a Administração, para garantir que o contrato seja cumprido. Essas cláusulas estão resumidas a seguir:

- (i) Obrigação de apresentar aos credores demonstrações financeiras periodicamente;
- (ii) Direito dos credores de executar inspeções e visitas nas instalações;
- (iii) Obrigação de manter atualizadas as obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas;
- (iv) Obrigação de manter em vigor contratos materialmente relevantes para as suas operações;
- (v) Respeitar a legislação ambiental e manter em vigor as licenças necessárias para as suas operações;
- (vi) Restrições contratuais quanto a operações com partes relacionadas e alienações de ativos fora do curso normal de negócios;
- (vii) Restrições quanto à mudança de controle, reestruturações societárias, exceto as ocorridas dentro do grupo econômico, e alteração material no objeto social e nos atos constitutivos dos devedores; e
- (viii) Limites de endividamento e para a contratação de novas dívidas nas subsidiárias.

Os contratos de financiamentos e emissões de debêntures contêm cláusulas específicas de covenants financeiros, as quais se encontram atendidas.

Empresa	Descrição dos Covenants Financeiros	Posição em 31/12/2020	Posição em 31/12/2019
PGC	Dívida líquida de no máximo 6 vezes o EBITDA Comprometimento da capacidade de pagamentos menor que 70% Índice de cobertura do serviço da dívida igual ou maior de 1,20	Atendido	Atendido
Parnaíba II	Dívida líquida de no máximo 3 vezes o EBITDA	Atendido	Atendido
Eneva S.A.	Dívida líquida de no máximo 5,0* vezes o EBITDA	Atendido	Atendido
Pecem II	Índice de cobertura de dívida de no mínimo 1,20	Não aplicável	Atendido
Parnaíba I	Dívida líquida de no máximo 6 vezes o EBITDA	Não aplicável	Atendido

*No período entre 30 de junho de 2020 (inclusive) e 30 de junho de 2022 (inclusive), o quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA poderá atingir até 5,0 (cinco inteiros) por até 4 (quatro) trimestres consecutivos ou alternados. Após esse período, o quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA passa a ser até 4,5 (quatro vírgula cinco).

18. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos



Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Prática contábil

Um ativo e um passivo financeiro são reconhecidos quando uma entidade se tornar parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro. Exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo, os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão são adicionados ou reduzidos.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos e passivos financeiros são geralmente, classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto em algumas circunstâncias, que incluem determinados ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Quando ativos e passivos financeiros mensurados a custo amortizado têm seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período. Instrumentos financeiros derivativos são mensurados subsequentemente ao valor justo por meio do resultado.

A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas frente as vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, sendo essa determinação prevista na política de aplicações financeiras vigente.

Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na sua falta, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados. Segue abaixo a característica de cada classificação:

- (i) Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo para receber seus fluxos de caixa contratuais;
- (ii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto a sua venda, bem como investimentos em instrumentos patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e
- (iii) Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente está demonstrada a seguir:

- (i) **Nível I:** são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração;
- (ii) **Nível II:** são informações, que não incluem os preços cotados no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;
- (iii) **Nível III:** são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

Segue descrição dos saldos contábeis consolidados dos instrumentos financeiro, bem como a classificação da hierarquia de valor justo:

Consolidado

	2020				2019			
	Custo Amortizado	Valor justo por meio do resultado abrangente	Valor justo por meio do resultado	Total	Custo Amortizado	Valor justo por meio do resultado abrangente	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativos financeiros								
Caixa e equivalente de caixa	1.384.933	-	-	1.384.933	1.517.583	-	-	1.517.583
Títulos e valores mobiliários	71.659	-	439.658	511.317	-	-	270.652	270.652
Depósitos vinculados	6.182	-	-	6.182	5.828	-	-	5.828
Instrumentos financeiros Derivativos	-	-	-	-	-	6.698	-	6.698
Contas a receber	700.964	-	-	700.964	695.181	-	-	695.181
Operações comerciais com partes relacionadas	51	-	-	51	4.845	-	-	4.845
Mútuos com partes relacionadas	-	-	-	-	11.863	-	-	11.863
	2.163.789	-	439.658	2.603.447	2.235.300	6.698	270.652	2.512.650
Passivos financeiros								
Fornecedores	536.838	-	-	536.838	629.859	-	-	629.859
Empréstimos e financiamentos	1.330.292	-	-	1.330.292	1.399.414	-	-	1.399.414
Debêntures	5.712.373	-	-	5.712.373	4.157.128	-	-	4.157.128
Operações comerciais com partes relacionadas	168	-	-	168	375	-	-	375
Instrumentos financeiros Derivativos	-	2.391	-	2.391	-	7.107	-	7.107
Retenções contratuais	4.330	-	-	4.330	4.330	-	-	4.330
Contas a pagar – setor elétrico	12.455	-	-	12.455	11.922	-	-	11.922
Provisão de custo por indisponibilidade	64.445	-	-	64.445	73.865	-	-	73.865
Pesquisa e desenvolvimento	82.603	-	-	82.603	79.705	-	-	79.705
Arrendamentos	100.968	-	-	100.968	101.765	-	-	101.765
	7.844.472	2.391	-	7.846.863	6.458.363	7.107	-	6.465.470

Estimativa do valor justo

Os instrumentos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

	2020				Consolidado 2019			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros								
Títulos e valores mobiliários	-	439.658	-	439.658	-	270.652	-	270.652
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	6.698	-	6.698
	-	439.658	-	439.658	-	277.350	-	277.350
Passivos financeiros								
Instrumentos financeiros derivativos	2.391	-	-	2.391	7.107	-	-	7.107

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo durante o exercício.

Métodos e técnicas de avaliação

Devido ao seu vencimento no curto prazo, entende-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e fornecedores é equivalente aos seus valores contábeis.

Os títulos e valores mobiliários classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado referem-se principalmente a investimentos em títulos públicos federais através do fundo exclusivo da Companhia e, por isso, entende-se que o seu valor justo está refletido no valor da cota do fundo.

Derivativos, hedge e gerenciamento de risco

A Companhia possui instrumentos derivativos denominados Non Deliverable Forwards (NDFs), com a finalidade de mitigar a exposição cambial decorrente de (i) investimentos em moeda estrangeira previstos pela Parnaíba Geração e Comercialização para a construção da usina termelétrica Parnaíba V, que teve sua implantação iniciada em fevereiro de 2019, com prazo de construção previsto no contrato de empreitada global (EPC) de 31 meses e (ii) parte dos investimentos em moeda estrangeira previstos pela Azulão Geração

de Energia na implantação do projeto de Azulão-Jaguatirica, com prazo de construção de até 24 meses, cujo estoque de NDFs contratados foi liquidado em abril de 2020.

Os derivativos são usados apenas para fins econômicos de hedge de fluxo de caixa, tendo em vista que o objetivo da cobertura é trazer maior previsibilidade ao fluxo de caixa futuro, mitigando o risco do impacto cambial sobre os pagamentos previstos no contrato de EPC do leilão A-6 de 2018 (Parnaíba V) e não como investimentos especulativos.

Contratos de câmbio a termo

Os valores de referência (nocional) dos contratos de câmbio a termo, em aberto em 31 de dezembro de 2020, totalizam R\$ 87.101, e estão integralmente relacionados com a construção do projeto Parnaíba V.

As transações previstas altamente prováveis, protegidas por hedge accounting de fluxo de caixa, mantidas em moeda estrangeira, devem ocorrer em diversas datas durante os próximos 12 meses. Os derivativos têm a finalidade de mitigar a exposição cambial decorrente de investimentos em moeda estrangeira previstos para a construção de Parnaíba V. Ganhos e perdas são reconhecidos no patrimônio líquido e transferidos para o imobilizado quando há realização do item protegido.

As operações cambiais a termo são denominadas na mesma moeda que as transações previstas altamente prováveis e, portanto, a razão do hedge é de 1:1. Considerando as mudanças no valor à vista descontado dos instrumentos de hedge em aberto desde 1º de janeiro e no valor do item protegido usado para determinar a eficácia do hedge, a taxa média ponderada protegida no ano foi R\$ 4,9734: US\$ 1.

Em 31 de dezembro de 2020, os montantes líquidos apurados de Market to Market ("MtM") para esses instrumentos derivativos representam perdas de R\$ 2.391, que foram integralmente registradas no patrimônio líquido (hedge accounting) em outros resultados abrangentes.

18.1 Risco de mercado

Risco de variação nos preços de mercadorias (commodities), taxas de câmbio e de juros.

Risco de variação de preço (commodities)

No caso da Companhia, esse risco está associado exclusivamente ao preço do carvão, que forma os estoques necessários para geração de energia nas termelétricas Pecém II e Itaqui.

O período entre a compra da carga e sua utilização para geração de energia se configura como o risco de variação de preço carregado pela termelétrica. A seguir, é apresentada a projeção de risco e sensibilidade dos montantes médios dos exercícios de 2020 e 2019:

	Itaqui			Pecém II		
	Valor de Mercado (Provável)	API2 / CIF ARA (alta 25%)	API2 / CIF ARA (alta 50%)	Valor de Mercado (Provável)	API2 / CIF ARA (alta 25%)	API2 / CIF ARA (alta 50%)
2019						
Receita variável (Ccomb)	199.487	249.359	299.231	189.756	237.196	284.635
Custo variável (Carvão)	(199.910)	(247.318)	(294.726)	(180.842)	(224.222)	(267.602)
Resultado variável	(423)	2.041	4.505	8.914	12.974	17.033
2020						
Receita variável (Ccomb)	139.449	174.311	209.173	127.291	159.114	190.937
Custo variável (Carvão)	(119.829)	(149.234)	(178.639)	(104.809)	(131.642)	(158.474)
Resultado variável	19.620	25.077	30.534	22.482	27.472	32.463

Premissas*

	Itaqui		Pecém II	
	2020	2019	2020	2019
Geração de energia - MWh	1.007.234	1.277.197	919.017	1.462.134
Consumo de carvão tn.	424.368	557.839	388.263	669.927
CIF ARA	53,28	55,85	53,25	62,81
API2	53,28	55,85	53,25	62,81
Prêmio	1,00	4,75	(1,25)	2,65
Fator i	0,52	0,52	0,53	0,53
FX	4,97	4,01	4,95	3,93

Sendo:

$Ccomb = CIF\ ARA * Fator\ i * FX$

$Custo\ Carvão = API2 + prêmio$

$API2 \sim CIF\ ARA$

* Informação não auditada.

18.3 Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia e de suas controladas sofrerem perdas em função da inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Esse fator de risco pode ser oriundo de operações comerciais e da gestão de caixa.

A Companhia entende que não há risco de crédito do contas a receber, vide avaliação na nota explicativa “nº 9 – Contas a receber”. Além disso, para mitigar os riscos, adotamos como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto.

A Companhia possui uma política de aplicações financeiras, na qual estabelece limites de aplicação por instituição, e considera a avaliação de rating como referencial para limitar o montante aplicado. Os créditos estão expostos a baixo risco devido a classificação dos bancos de 1ª linha (AAA e AA), que a Companhia tem relacionamento. Os prazos médios são constantemente avaliados, bem como os indexadores das aplicações para fins de diversificação do portfólio.

	2020	Consolidado 2019
Posições do risco de crédito		
Caixa e equivalente de caixa	1.384.933	1.517.583
Títulos e valores mobiliários	511.317	270.652
Contas a receber de clientes	700.964	695.181
Derivativos	-	6.698
Depósitos vinculados	6.182	5.828
Depósito vinculado sobre empréstimos e debêntures	76.448	121.578
	2.679.844	2.617.520

18.4 Risco cambial

A Companhia não possui exposição cambial relevante relacionada ao seu passivo financeiro oriundo de operações em moeda estrangeira, exceto àquelas mencionadas no parágrafo “[Derivativos, hedge e gerenciamento de risco](#)” dessa nota explicativa nº 18.

18.5 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade dos negócios para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para redução do custo de capital.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a Administração pode, ou proporá, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

19. Provisão para contingências

SUMÁRIO 

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais cíveis, tributárias, ambientais e trabalhistas, assim como processos administrativos regulatórios, que são constantemente avaliados pela Administração e por seus advogados e assessores jurídicos.

Prática contábil

A Companhia constitui uma provisão quando há obrigação presente, originada de eventos passados e que haverá provável desembolso de caixa para seu encerramento. O saldo consolidado da provisão para contingências no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 é apresentado abaixo:

	31/12/2019				Consolidado 31/12/2020
	Saldo Acumulado	Adições	Reversão	Atualização	Saldo Acumulado
Cíveis (a)	49.080	20.216	(261)	1.578	70.613
Trabalhista (b)	43.562	11.873	(37.137)	3.652	21.950
Tributário	40	-	-	-	40
Ambiental	163	-	(167)	4	-
Total das provisões	92.845	32.089	(37.565)	5.234	92.603

(a) Riscos cíveis

As principais discussões cíveis são:

Ativo contingente

Ação ordinária ajuizada pela controlada Amapari Energia S.A. (“Amapari”) no valor de R\$ 44.091, com pedido de tutela antecipada, para que seja enquadrada no mecanismo de ressarcimento de custo de combustíveis da CCC-ISOL. Em setembro de 2018, foi dado provimento ao recurso de apelação interposto por Amapari, anulando a sentença e julgando procedente a demanda, autorizando à empresa a utilizar o mecanismo de ressarcimento do custo de combustíveis instituído pela Conta de Consumo de Combustíveis para o Sistema Isolado — CCC-ISOL. Ainda por meio do acórdão, foi determinado o imediato reembolso de CCC não recebido por Amapari no período de novembro de 2008 até fevereiro de 2009.

Em 2019, em cumprimento à decisão, a ANEEL realizou o pagamento do reembolso pleiteado por Amapari. Contra o referido acórdão, a ANEEL interpôs recurso, ainda pendente de julgamento, de modo que foi realizado o provisionamento contábil do montante recebido de forma antecipada.

Ainda em 2019, a Amapari iniciou execução provisória, em primeira instância, do acórdão favorável para cobrar da ANEEL os juros que não haviam sido pagos por ocasião do recebimento do valor principal da CCC-ISOL. A decisão de primeira instância, corroborada por decisão do TRF da 1ª Região, reconheceu o direito de Amapari ao recebimento dos juros e obrigou a ANEEL a pagá-los. Dessa forma, em abril de 2020, Amapari recebeu, a título de juros, o valor de R\$ 20.216. Aguarda-se análise de impugnação da CCEE, gestora dos recursos da CCC, acerca de divergência de cálculos. Da mesma forma como ocorreu com o valor principal, considerando a discussão judicial em curso acerca do recebimento dos recursos, também foi realizado o provisionamento contábil como passivo contingente do montante recebido de forma antecipada.

Passivo contingente:

Ação ordinária ajuizada pela RIP Serviços Industriais S.A. em face da controlada Itaquí Geração de Energia S.A., requerendo o pagamento de notas fiscais no valor total de R\$ 4.959, dos quais R\$ 1.000 têm prognóstico de perda provável.

(b) Riscos trabalhistas**Passivo contingente:**

Englobam reclamações movidas por ex-funcionários da Companhia e empregados de empresas terceirizadas, que pleiteiam, dentre outros, verbas rescisórias, adicional de periculosidade, vínculo empregatício e posterior equiparação em direitos aos empregados da Companhia ou, ainda, eventuais verbas inadimplidas por suas contratantes diretas. A reversão apresentada no quadro anterior está vinculada a liquidações dos pedidos feitos pelos reclamantes e o encerramento de processos no decorrer do ano de 2020. Não existe causa individual relevante.

Contingências com risco possível (não requerem constituição de provisão)

As ações de natureza tributária, cível, trabalhista e ambiental que não estão provisionadas, pois envolvem prognóstico de perda classificado pela Administração e por seus advogados e assessores jurídicos como possível, são apresentadas a seguir:

		31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Ambiental		25.912	24.127
Regulatório		12.724	12.759
Trabalhista		51.873	32.803
Cível	(a)	49.324	82.035
Tributário	(b)	224.460	229.196
Total		364.293	380.920

(a) Cíveis**Controlada Pecém II Geração de Energia S.A.****(i) Encargo Hídrico Emergencial**

Trata-se de ação ajuizada por Pecém II em conjunto com Porto do Pecém Geração de Energia S.A. em face da ANEEL, pleiteando (i) o repasse, pela ANEEL, do valor cobrado pelo Estado do Ceará, a título de Encargo Hídrico Emergencial (“EHE”), aos CCEARs de Pecém II e Porto do Pecém, com o aumento do Custo Variável Unitário (“CVU”) e da receita de venda percebida por essas empresas; e (ii) a

suspensão da aplicação pela ANEEL de quaisquer penalidades por eventual redução e/ou interrupção da geração de energia das UTEs Pecém II e Pecém I em virtude da redução no fornecimento de água.

Em 31 de janeiro de 2017, foi proferida decisão da Justiça Federal indeferindo o pedido de tutela antecipada formulado pelas autoras. Foi interposto pelas autoras recurso de agravo de instrumento, o qual foi distribuído ao Desembargador Souza Prudente em 1º de março de 2017. A tutela antecipada requerida pelas Companhias foi deferida em 5 de maio de 2017, tendo sido solicitado o cumprimento da decisão do agravo de instrumento por parte da ANEEL.

Assim, foi expedido ofício ao Presidente da ANEEL determinando o cumprimento da decisão que deferiu os pedidos da autora. Em 22 de agosto de 2017, a Diretoria da ANEEL anuiu à metodologia de cálculo de ressarcimento sugerido pela Companhia, autorizando o repasse do EHE para as Autoras, o que vem sendo realizado regularmente desde 2018 até o momento. A ANEEL apresentou petição informando o cumprimento da decisão e interpôs recurso de agravo interno contra a decisão monocrática do relator. Os autos estão conclusos e aguardando julgamento no gabinete do Desembargador Souza Prudente desde fevereiro de 2018.

(ii) Receita fixa

A subsidiária Pecém II Geração ajuizou ação, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela, pleiteando o direito de receber as receitas fixas previstas nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), firmados em leilão de energia nova, a partir de julho de 2013, período no qual a Companhia já se encontrava devidamente comissionada e apta para a geração de energia, e, conseqüentemente, cumprir os compromissos firmados. A ANEEL justificou que o atraso nas obras de implantação da subestação da Transmissora Delmiro Gouveia S.A (TDG), necessária para o escoamento da energia gerada, constituiria caso fortuito ou força maior, e não efetuou o pagamento das receitas fixas, apenas excluindo a Companhia das penalidades previstas pelo não fornecimento de energia.

Em novembro de 2014, a Companhia obteve sentença favorável na Justiça Federal do Distrito Federal, que confirmou a antecipação dos efeitos da tutela, tendo a sentença sido confirmada pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Nesse sentido, com o julgamento em segunda instância, foi reconhecido o direito de Pecém II de receber o pagamento das receitas fixas provenientes dos CCEARs e determinado o cumprimento imediato da decisão. A ANEEL opôs embargos de declaração no TRF da 1ª Região, os quais foram rejeitados em 11 de maio de 2018. Assim, em 30 de maio de 2018, esgotada a discussão no TRF da 1ª Região, e existindo ordem judicial para cumprimento imediato da decisão, a CCEE efetuou em favor de Pecém II o pagamento no montante de R\$ 59.326, correspondente às receitas fixas devidas. A Companhia tomou conhecimento de que a ANEEL interpôs recurso especial, e, após intimação, Pecém II apresentou contrarrazões em 30 de agosto de 2018. Tal recurso ainda será apreciado pelo Superior Tribunal de Justiça, se admitido pelo TRF da 1ª Região, razão pela qual ainda não ocorreu o trânsito em julgado da ação.

Outras controladas

Os demais valores subdividem-se em ações judiciais envolvendo pleitos de natureza cível que individualmente não possuem risco financeiro relevante, e que estão descritos no relatório com prognóstico de perda possível. A alteração de valores apresentada acima se refere às mudanças nos prognósticos dos casos no decorrer do trimestre.

(b) Tributárias

Controlada Itaqui Geração de Energia S.A.

A controlada possui demandas de natureza tributária em que figura como ré. A principal demanda se refere a auto de infração lavrado pelas autoridades fiscais federais para glosar despesas financeiras supostamente desnecessárias por não ter sido comprovado caráter de cobertura (hedge) de determinada operação contratada para fazer frente a um empréstimo em moeda estrangeira não concretizado.

O assunto encontra-se em discussão em âmbito administrativo, tendo sido protocolada impugnação ao auto de infração em 22/01/2019, e, posteriormente, em 10/07/2019, apresentado recurso voluntário. Atualmente, o processo aguarda julgamento do Recurso Voluntário pelo CARF.

Em caso de decisão final desfavorável na esfera judicial, a companhia perderá o direito a compensar futuros lucros fiscais com o montante de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL glosado pelas autoridades fiscais, no montante de R\$ 195 milhões. Não há crédito tributário constituído sobre referido prejuízo fiscal. Em caso de decisão final desfavorável, o efeito seria de baixa de aproximadamente R\$ 195 milhões de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL nos controles fiscais auxiliares (ECF), sem desembolso e impacto no caixa da Companhia.



20. Provisão para obrigação de abandono

Prática contábil

Os custos de desmobilização de ativos de geração são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrido. A Companhia revisa, trimestralmente, seus custos estimados com desmantelamento de áreas de produção de gás, em conjunto com seu processo de certificação anual de reservas e quando há indicativo de mudanças em suas premissas.

Esta provisão refere-se aos custos esperados para o abandono dos campos produtores de gás e para a desmobilização dos ativos da UTE de Pécem II Geração de Energia S.A. Os cálculos das referidas estimativas são complexos e envolvem julgamentos significativos, uma vez que:

- (i) no reconhecimento da provisão, o custo correspondente é capitalizado como parte do ativo imobilizado e é depreciado pela vida útil dos ativos correspondentes, resultando em uma despesa reconhecida no resultado do exercício.
- (ii) as obrigações ocorrerão no longo prazo;
- (iii) os contratos e regulamentações possuem descrições subjetivas das práticas de remoção e restauração e dos critérios a serem atendidos quando do momento da remoção e restauração efetivas; e
- (iv) as tecnologias e custos de remoção de ativos se alteram constantemente, juntamente com as regulamentações ambientais e de segurança.

A Companhia está constantemente conduzindo estudos para incorporar tecnologias e procedimentos de modo a otimizar as operações de abandono, considerando as melhores práticas. Contudo, os prazos e os valores dos fluxos de caixa futuros estão sujeitos a incertezas significativas.

A seguir são apresentados os fluxos com provisão de abandono em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Saldo inicial	75.748	61.720	81.022	66.885
Revisão da provisão	(12.195)	7.595	(13.502)	7.231
Atualização de juros	7.097	6.433	7.589	6.906
Saldo final	70.650	75.748	75.109	81.022



21. Partes relacionadas

Prática contábil

As transações de compra e de venda de energia, de prestação de serviços e de mútuo são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, as quais são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os saldos de ativos, passivos e efeitos em resultado de transações com partes relacionadas estão representados da seguinte forma:

	Ativo		Passivo		Resultado	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Mútuo						
Itaqui Geração de Energia S.A. (a)	808.285	156.869	-	-	23.733	9.350
Pecém II Geração de Energia S.A. (b)	864.473	294.719	-	-	44.636	15.296
Parnaíba B.V.	-	73.993	-	-	20.969	-
Outras	689	12.550	-	-	592	1.464
	1.673.447	538.131	-	-	89.930	26.110
Operações comerciais						
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A. (c)	147.130	5.093	36	35	439.619	13.150
Parnaíba I Geração de Energia S.A. (c)	-	127.961	-	-	-	398.223
Parnaíba II Geração de Energia S.A. (c)	99.156	102.619	48	48	357.297	284.372
Itaqui Geração de Energia S.A.	10.625	11.186	2.323	2.202	10.934	13.043
Pecém II Geração de Energia S.A.	7.080	11.729	141	45	6.953	11.341
Parnaíba B.V.	-	-	97.928	39.697	-	-
Outras	16.166	16.442	5.153	3.890	3.807	2.873
	280.157	275.030	105.629	45.917	818.610	723.002
Dividendos e Juros s/capital próprio a receber						
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A.	23.962	23.962	-	-	-	-
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	38.230	-	-	-	-	-
Porto do Pecem Transportadora de Minérios S.A.	-	392	-	-	-	-
	62.192	24.354	-	-	-	-
	2.015.796	837.515	105.629	45.917	908.540	749.112

- a. O saldo é composto por contrato de mútuo celebrado com a Eneva (mutuante) sujeito a juros anuais de 2,47% e com prazo de vencimento em setembro de 2026, no montante de R\$ 808.285 (R\$ 156.869, em 31 de dezembro de 2019). A variação corresponde à emissão de um novo mútuo no valor de R\$ 600 milhões, firmado em 15 de novembro de 2020, com o objetivo de custear o pré-pagamento do financiamento com o BNDES e o BNB.
- b. O saldo é composto por contrato de mútuo celebrado com a Eneva (mutuante) sujeito a juros de mercado (104% do CDI) e com prazo de vencimento indeterminado, no montante de R\$ 864.473 (R\$ 294.719, em 31 de dezembro de 2019). A variação corresponde à emissão de um novo mútuo no valor de 543 milhões, firmado em 17 de agosto de 2020 com o objetivo de custear o pré-pagamento do financiamento com o BNDES
- c. Saldos compostos, basicamente, pela venda do gás natural e arrendamento da Unidade de Tratamento de Gás (UTG) para as subsidiárias Parnaíba II Geração de Energia S.A. e Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A., que incorporou em 1º de janeiro de 2020 a Parnaíba I Geração de Energia S.A.

21.1 Remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria

A Companhia é administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva de acordo com as atribuições e poderes conferidos em Estatuto Social. De acordo com a Lei nº 6.404/1976 e com o estatuto social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores, cabendo ao Conselho de Administração efetuar a distribuição entre eles.

Os montantes totais de remuneração dos Diretores e do Conselho da Administração da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, registrados na contabilidade pelo regime de competência, seguem abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Benefícios de curto prazo (a)	30.129	33.074	34.002	37.051
Benefícios de longo Prazo (b)	53.205	22.721	53.205	23.160
	83.334	55.795	87.207	60.211

- a. A remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia inclui salários e benefícios não monetários.
- b. Conforme descrito na nota explicativa nº 24 – “Plano de pagamento baseado em ações”, a Companhia implementou plano de pagamento baseado em ações para gestores e diretores estatutários e não estatutários. A outorga das ações será concedida quando do cumprimento de determinadas condicionantes, no prazo de 3 a 5 anos, a partir do início do plano.

Abaixo os montantes de remuneração mínima, média e máxima do Conselho de Administração e Diretoria:

	Consolidado					
	2020			2019		
	Mínima	Média	Máxima	Mínima	Média	Máxima
Conselho Administração	475	5.420	35.056	301	1.429	8.214
Diretores	135	4.088	20.803	474	4.065	14.882
	610	9.538	55.859	775	5.494	23.096

22. Patrimônio líquido



22.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital social da Companhia é respectivamente de R\$ 8.849.409 e R\$ 8.834.907. A Companhia possui apenas ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal. O capital autorizado em 31 de dezembro de 2020 é composto por 399.128.430 ações autorizadas, das quais 315.835.960 foram emitidas (315.483.181 em 31 de dezembro de 2019).

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado.

	Controladora		Controladora	
	2020		2019	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionista				
Banco BTG Pactual	72.410.101	22,93%	72.410.101	22,95%
Cambuhy	72.410.101	22,93%	72.410.101	22,95%
Velt Partners	17.665.975	5,59%	-	0,00%
Dynamo	15.853.947	5,02%	-	0,00%
Atmos Investimentos	15.793.261	5,00%	15.793.261	5,01%
Outros	121.702.575	38,53%	154.869.718	49,09%
Total	315.835.960	100,00%	315.483.181	100,00%

22.2 Reserva de incentivos fiscais

SUDENE

A reserva é constituída mediante destinação da parcela do resultado do exercício equivalente ao benefício fiscal concedido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Esse benefício corresponde à redução de 75% do Imposto de Renda, no período de 10 anos.

ICMS – Crédito Presumido

Reserva constituída mediante a destinação da parcela do resultado do exercício equivalente ao incentivo fiscal concedido pelo Estado do Maranhão, nos termos da Lei nº 9.463/2011. Tal incentivo consiste em crédito presumido de ICMS nas saídas de gás natural destinadas à usina termelétrica movida a gás natural.

23. Resultado por ação

[SUMÁRIO !\[\]\(1b72a119a678e7a0a5c908017deea8ba_img.jpg\)](#)

O resultado por ação, básico e diluído, foi calculado pela divisão do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e a respectiva quantidade média ponderada de ações em circulação durante o mesmo período, conforme o quadro abaixo:

	2020	2019
Resultado do exercício		
Numerador		
Lucro líquido atribuível aos acionistas	1.007.606	600.798
Denominador		
Média ponderada de ações	315.783.353	315.344.051
Lucro por ação (R\$) - básico	3,19081	1,90521
	2020	2019
Resultado do exercício		
Numerador		
Lucro líquido atribuível aos acionistas	1.007.606	600.798
Denominador		
Média ponderada de ações	315.783.353	315.344.051
Efeito das opções	1.455.463	2.368.569
Lucro por ação (R\$) - diluído *	3,17618	1,89101

* O fator de diluição representado pelos programas de remuneração baseados em ações da Companhia não representou mudanças significativas no cálculo do lucro diluído.

24. Plano de pagamento baseado em ações

[SUMÁRIO !\[\]\(baf4ee523d4e81665920305b5f65077c_img.jpg\)](#)

(a) Opção de ações outorgadas pela Companhia

O programa vigente de opções de compra de ações da Companhia foi aprovado pelo Conselho de Administração em 10 de agosto de 2016 e tem como beneficiários membros do Conselho de Administração, Diretoria e funcionários selecionados.

As opções poderão atingir o percentual máximo de 4% (quatro por cento) do total de ações do capital social da Companhia existentes na data de emissão das opções. Para efeitos desse limite, será considerado o somatório de todas as ações de emissão da Companhia, incluídas as ações que vierem a ser emitidas pela Companhia em razão de opções outorgadas no âmbito do plano de opções.

A tabela seguinte apresenta o movimento ocorrido no plano de opções no exercício:

Plano	Data de Outorga	Prazo da Outorga (anos)	Primeira Data de Maturação	Data de Máxima de Vencimento dos Direitos	Quantidade Original Outorgada	Quantidade Remanescente	Preço de Exercício Original	Preço de Exercício Corrigido por IPCA + 3%a.a.
2016	03/10/2016	5	03/10/2016	12/11/2021	621.094	-	15,00	19,93
2016	03/10/2016	5	01/11/2017	01/02/2021	2.667.000	-	15,00	19,93
2016	03/04/2017	5	10/05/2018	08/09/2022	1.333.333	533.334	15,00	19,31
2016	03/08/2017	5	03/08/2018	01/12/2022	500.000	200.000	15,00	19,03
2016	11/02/2019	5	11/02/2020	10/06/2024	250.000	200.000	15,00	17,21
2016	10/01/2020	5	10/01/2021	12/05/2025	2.210.000	2.162.000	30,29	32,56

A tabela seguinte apresenta o movimento ocorrido no plano de opções no exercício de 31 de dezembro de 2019 a 31 de dezembro de 2020:

Plano Outorgado pela Companhia - Quantidade de Opções de Ações	Quantidade de Opções	Preço Médio Ponderado de Exercício das Opções
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.223.781	17,83
Exercidas	(1.290.447)	19,09
Outorgadas	2.210.000	32,56
Expiradas	(48.000)	32,56
Saldo em 31 de dezembro 2020	3.095.334	28,41

A Companhia não consegue mensurar o valor dos serviços recebidos pelos participantes, portanto, decidiu mensurar os seus respectivos valores justos, tomando como base o valor justo dos instrumentos patrimoniais outorgados. Segundo o regulamento do programa, a Companhia liquidará esta obrigação com a emissão de novas ações ou pela utilização (quando constituída) da conta "Ações em tesouraria". O efeito no resultado do exercício de 2020 foi de R\$ 10.826.

(b) Unidades de performance restritas - units

A Companhia concedeu dois planos distintos de Incentivo de remuneração de longo prazo baseado em ações. O primeiro foi aprovado em 12 de julho de 2018 e o segundo, denominado Plano de Incentivo de Remuneração de Longo Prazo Baseado em Ações (Plano de Performance Shares) foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2019. Nesses planos, a Companhia concede units, unidades de performance restritas, aos beneficiários que lhe prestam serviços. Porém, os planos seguem regras distintas para aquisição do direito de transferência de ações.

Conforme o regulamento do plano aprovado em 12 de julho de 2018, as ações podem ser transferidas aos beneficiários após 3 (três) anos a partir da data de concessão das units. Da quantidade de units cedidas para cada beneficiário, 50% são concedidas para retenção, cujo direito depende da permanência do colaborador na Companhia. Para os demais 50% das ações, além da permanência do colaborador, a quantidade de ações transferidas dependerá de indicador de performance de retorno para os acionistas, calculado durante o período de carência de 3 anos das units.

O regulamento do plano aprovado em 29 de abril de 2019 define que as ações podem ser transferidas aos beneficiários se os critérios de performance relacionados à execução do Projeto Parnaíba V forem atendidos, sendo: i) executado até a data de início da operação comercial em março de 2022 e ii) execução do referido projeto com até 10% de overrun do orçamento. Se ambos os critérios de performance na execução do projeto forem atingidos, a totalidade das ações será transferida para os beneficiários do plano. A apropriação do valor justo dos planos ao resultado do exercício de 2020 foi R\$ 12.454.

A tabela abaixo apresenta as características gerais das units concedidas pela Companhia:

Plano	Data de Concessão	Prazo (anos)	Finalidade	Data de Aquisição do Direito	Quantidade Original Concedida
2018	13/07/2018	3	Retenção	02/04/2021	217.181
2018	13/07/2018	3	Performance	02/04/2021	217.181
2018	01/04/2018	3	Retenção	01/04/2022	189.109
2018	01/04/2018	3	Performance	01/04/2022	189.109
2019	29/04/2019	2,92	Performance Shares	31/03/2022	387.101
2018	01/04/2020	3	Retenção	01/04/2023	113.322
2018	01/04/2020	3	Performance	01/04/2023	113.322

A tabela seguinte apresenta o movimento ocorrido nos planos de units no período de 31 de dezembro de 2019 a 31 de dezembro de 2020:

Plano de Units Concedido pela Companhia - Quantidade de units	Quantidade de Units	Preço Médio Ponderado das Ações
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.199.680	43,69
Exercidas	-	-
Canceladas	(47.888)	62,10
Concedidas	226.645	34,75
Expiradas	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.378.437	62,10



25. Receita de venda de bens e/ou serviços

Prática contábil

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. A receita apresentada é a líquida dos tributos sobre vendas, devoluções, abatimentos e descontos. Nas demonstrações financeiras consolidadas, são eliminadas as vendas dentro do grupo.

Para ambas as atividades de geração de energia e produção de gás natural, a receita é reconhecida quando a obrigação de desempenho é alcançada, ou seja, quando o controle sobre o produto é transferido para o cliente.

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultado do exercício assim se apresenta:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receita bruta				
Disponibilidade (ACR) (a)	-	-	2.120.175	2.067.858
Venda de energia (ACR) (b)	-	-	667.853	738.772
Venda de energia (ACL) (c)	-	-	763.023	641.617
Venda de gás e condensado (d)	476.312	484.085	4.152	4.355
Arrendamento	412.015	346.341	-	-
	888.327	830.426	3.555.203	3.452.602
Deduções da receita				
Impostos sobre vendas	(107.472)	(97.993)	(271.861)	(256.562)
P&D (e)	-	-	(29.936)	(30.138)
Ressarcimento (f)	-	-	(10.097)	(28.533)
	(107.472)	(97.993)	(311.894)	(315.233)
Total da receita líquida	780.855	732.433	3.243.309	3.137.369

Ambiente de Contratação Regulada (ACR)

As receitas decorrem de contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (CCEAR), celebrado entre o agente vendedor e o agente de distribuição, em decorrência dos leilões de energia elétrica. Os CCEARs são especificados por meio dos editais publicados para cada leilão contendo cláusulas e condições fixas e variáveis, que não são passíveis de alteração pelos agentes.

Esse tipo de contrato tem como objetivo minimizar o risco hidrológico, visando um menor custo para o sistema de energia. Os custos decorrentes dos riscos hidrológicos serão assumidos pelos agentes compradores (distribuidoras), e eventuais exposições financeiras no mercado de curto prazo, positivas ou negativas, serão assumidas pelas distribuidoras, com repasse ao consumidor final, conforme mecanismo definido pela ANEEL.

(a) Disponibilidade ACR (receita fixa)

Essa modalidade de receita tem por objeto remunerar o empreendimento de geração mantida a disposição do Sistema Nacional Integrado (SIN) para entrar em operação sempre que solicitado pelo Operador Nacional do Sistema ("ONS").

(b) Venda de energia ACR (receita Variável)

Além da receita por disponibilidade, como comentado acima, os CCEARs possuem receitas variáveis, cujo valor é definido mensalmente no momento do reconhecimento, de acordo com a demanda requerida pelo ONS. A receita pela venda de energia elétrica é reconhecida por medição equivalente ao volume de energia transferido para o cliente e através de estimativas para mensurar a energia entregue, mas ainda não considerada pelas medições anteriores ao fechamento do exercício.

Ambiente de Contratação Livre (ACL)

Trata-se do segmento do mercado no qual se realizam as operações de compra e venda de energia elétrica, objeto de contratos bilaterais livremente negociados, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos.

(c) Venda de energia ACL

Na operação de contratação em ambiente livre a Companhia tem o direito de reconhecer a receita de venda de energia pelo valor do MWh. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia elétrica tanto no mercado regulado como também no mercado livre.

Adicionalmente, a partir de junho de 2018, com a publicação da resolução normativa nº 822, teve início a operação por despacho complementar para manutenção da reserva de potência operativa (RRO). Esse mecanismo é um serviço auxiliar prestado por termelétricas despachadas centralizadamente, com vistas a preservar a reserva de potência operativa nas unidades geradoras hidráulicas em qualquer subsistema. As usinas termelétricas que forem acionadas para atenderem ao despacho complementar para manutenção da reserva de potência operativa (RRO) recebem essa energia valorada ao preço da oferta realizada, quando o atendimento ao despacho é considerado satisfatório, ou ao seu Custo Variável Unitário (CVU), quando insatisfatório. Essa receita é registrada no momento da confirmação do despacho pelo Operador Nacional do Sistema (NOS).

As informações do resultado estão apresentadas por segmento na nota explicativa nº 6 – “Informações por segmento”.

Exploração e produção de gás**(d) Venda de gás, condensado e arrendamento**

A Eneva S.A é responsável pela exploração e extração de gás natural e mantém contrato de fornecimento de gás e de arrendamento com o Complexo Parnaíba.

A venda de gás está atrelada diretamente ao despacho do Complexo Parnaíba (“Complexo”). O preço é estabelecido em contrato firmado entre as partes e o volume comercializado varia em função da necessidade de gás do Complexo. A receita pela venda de gás é reconhecida por medição periódica e é equivalente ao volume transferido para o cliente, mas ainda não é considerada nas medições anteriores ao fechamento do exercício.

Deduções da receita**(e) Pesquisa e desenvolvimento (P&D)**

As empresas reguladas pela ANEEL, têm a obrigatoriedade de atendimento à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e, por isso, devem aplicar anualmente o percentual de 1% (um por cento) de sua receita operacional líquida - ROL para elaboração e execução de projetos de P&D do setor elétrico.

(f) Ressarcimento

O ressarcimento ao mercado ocorre quando as usinas termelétricas contratadas no ambiente de contratação reguladas (ACR) não atendem ao despacho do Operador Nacional do Sistema (ONS).



26. Custos e despesas por natureza

Custo	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Custos regulatórios	-	(2)	(139.856)	(134.929)
Depreciação e amortização	(118.193)	(113.493)	(419.208)	(414.118)
Despesas com alugueis	(2.908)	(3.831)	(15.504)	(15.357)
Despesas com pessoal	(31.245)	(27.542)	(155.986)	(152.714)
Energia elétrica para revenda	-	-	(412.437)	(400.630)
Impostos e contribuições	(287)	(98)	(287)	(3.658)
Insumos de geração (a)	-	-	(367.794)	(520.270)
Material de consumo	(1.977)	(7.482)	(10.557)	(12.551)
Participações governamentais	(65.489)	(61.069)	(65.489)	(61.069)
Seguros operacionais	(350)	(4.050)	(6.352)	(26.091)
Serviços de terceiros	(20.929)	(20.976)	(75.640)	(87.376)
Outras	(9.785)	(346)	(76.269)	(70.831)
	(251.163)	(238.889)	(1.745.379)	(1.899.594)
Despesas administrativas e gerais				
Depreciação e amortização	(35.775)	(43.833)	(62.942)	(75.935)
Despesas ambientais	(1.412)	(1.001)	(1.719)	(1.029)
Despesas com alugueis	(3.377)	(2.756)	(3.819)	(3.040)
Despesas com exploração e poço seco	(129.148)	(92.671)	(129.148)	(92.671)
Despesas com pessoal (b)	(166.900)	(125.113)	(179.091)	(136.269)
Impostos e contribuições	(722)	(2.410)	(494)	(65)
Material de consumo	(1.236)	(2.998)	(1.467)	(3.170)
Seguros administrativos	(1.220)	(1.267)	(1.236)	(1.461)
Serviços compartilhados - cost sharing	39.966	45.410	-	-
Serviços de terceiros	(38.318)	(49.660)	(42.177)	(34.704)
Outras	(22.615)	(1.524)	(26.444)	(24.777)
	(360.757)	(277.823)	(448.537)	(373.121)
Outras receitas e despesas				
Provisão perdas de investimento	(2.273)	(2.198)	(4.545)	(4.385)
Ganho com venda de participação societária (c)	18.117	-	18.117	-
Perda na alienação de bens (d)	-	-	(16.501)	(5.598)
Contingências	17.302	(9.143)	25.692	(29.667)
Crédito de PIS/COFINS (e)	-	33.705	-	33.705
Reversão do impairment de Itaqui	-	-	52.777	127.114
Outras receitas (despesas)	(3.451)	(16.972)	604	(16.845)
	29.695	5.392	76.144	104.324
	(582.225)	(511.320)	(2.117.772)	(2.168.391)

- a.** O decréscimo está relacionado diretamente ao menor despacho de energia no ambiente contratual regulado ("ACR").
- b.** O aumento nos gastos de pessoal, no montante de R\$42,8 milhões, que está, substancialmente, ligado à atualização ao valor justo e reconhecimento de encargos devidos pelo exercício dos planos de pagamento baseado em ações concedidos pela Companhia aos seus administradores, e que tiveram um impacto de R\$ 35,1 milhões no ano de 2020 quando comparado ao ano de 2019 e pelo aumento da quantidade de funcionários na Eneva S.A. na ordem de 11,8%.
- c.** A variação da controladora se deve à alienação da totalidade da participação na Seival Sul Mineração.
- d.** O aumento da despesa em 2020 se deve, substancialmente, à baixa do ativo e custos relacionados à doação de uma subestação à Eletronorte no valor de R\$ 16.527, conforme estabelecido no contrato de licenciamento da usina Parnaíba I.
- e.** Em 31 de março de 2019, tivemos trânsito em julgado da decisão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região que acatou o pedido da Parnaíba Gás Natural S.A.(PGN), incorporada pela Eneva S.A. em 2018, para excluir o impacto líquido do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS, que reconheceu o direito à compensação do montante indevidamente pago pela antiga PGN a tal título nos últimos 5 anos. Diante disso, a Companhia registrou R\$ 42.750, sendo R\$ 33.705 referentes ao valor principal e R\$ 9.045 referentes ao acréscimo de Juros Selic reconhecidos na rubrica "receitas financeiras". Ressaltamos que os créditos foram reconhecidos pela Receita Federal do Brasil, e seus valores foram totalmente compensados durante o próprio ano calendário de 2019.

27. Resultado financeiro

[SUMÁRIO !\[\]\(45acdcb21fd12d7bbe8a0102023ff54e_img.jpg\)](#)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Despesas financeiras				
Encargos da dívida	(12.183)	(63.563)	(137.658)	(217.549)
Multa e juros pagos ou incorridos	(290)	(714)	(3.938)	(3.094)
Amortização custo de transação de empréstimos	(9.529)	(1.239)	(27.961)	(40.878)
Comissão sobre fianças bancárias	(2.170)	(1.576)	(4.729)	(2.419)
Juros de provisão de abandono	(7.097)	(6.433)	(7.589)	(6.906)
Juros de passivos de arrendamento	(8.742)	(9.551)	(8.156)	(11.207)
Juros sobre mútuos	(5.602)	-	(1.572)	(509)
Juros de debêntures	(72.875)	(59.962)	(149.548)	(214.205)
MTM contratos de energia / derivativos	-	-	(3.888)	-
Variação cambial e monetária	(17.544)	(22.556)	(121.056)	(63.077)
Outros	(12.790)	(9.080)	(25.617)	(28.926)
	(148.822)	(174.674)	(491.712)	(588.770)
Receitas financeiras				
Aplicação financeira	27.247	36.300	56.549	96.026
MTM contratos de energia / derivativos	-	970	-	11.414
Multas e juros recebidos ou auferidos	1.326	28	2.783	4.738
Rendimentos de mútuos	40.354	31.863	-	1.384
Variação cambial e monetária	80.050	20.592	124.535	41.742
Outros	1.714	12.124	8.191	23.286
	150.691	101.877	192.058	178.590
Resultado financeiro	1.869	(72.797)	(299.654)	(410.180)

As principais variações no ano de 2020 consistem na redução dos juros incorridos sobre os empréstimos (“encargos da dívida”) e debêntures (“juros de debentures”), em decorrência, principalmente, da reestruturação das dívidas da Companhia e da emissão de debêntures a custos mais atrativos.

28. Cobertura de seguros

[SUMÁRIO !\[\]\(5ac3086483c0adb44d83d000c5b59c1b_img.jpg\)](#)

A Companhia e suas controladas, diretas e indiretas, adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as coberturas de seguros eram:

	Consolidado	
	2020	2019
Riscos operacionais	2.598.500	2.015.350
Riscos de petróleo	312.210	242.144
Responsabilidade civil	560.000	560.000
Construção / projeto	3.866.996	3.866.996

Abaixo as principais apólices em vigor:

Consolidado 31/12/2020					
Seguradora	Modalidade	Valor em Risco	Limite Máximo Indenizável	Vigência	Prêmio
Chubb	Riscos Operacionais	USD 3.570.859	USD 500.000	08/2021	USD 10.353
Tokio Marine	Risco de Petróleo	USD 95.075	USD 60.075	09/2021	BRL 133
AIG	Responsabilidade Civil	-	BRL 560.000		
Sompo	Responsabilidade Civil (D&O)	-	BRL 200.000	08/2021	BRL 998
Tokio Marine	Responsabilidade Civil Geral	-	BRL 135.000	02/2021	BRL 300
Tokio Marine	Responsabilidade Civil Pécem II	-	BRL 50.000	07/2021	BRL 166
Tokio Marine	Responsabilidade Civil Operador Portuário	-	BRL 25.000	08/2021	BRL 26
AXA	Responsabilidade Civil Obras - Parnaíba V	-	BRL 100.000	09/2021	BRL 1.023
Tokio Marine	Responsabilidade Civil Obras - Azulão	-	BRL 50.000	06/2021	BRL 249
AXA	Construção/Projeto	BRL 3.866.996	BRL 3.866.996		
Tokio Marine	Risco de Engenharia - Parnaíba V	BRL 1.888.473	BRL 1.888.473	09/2023	BRL 5.815
FairFax	Risco de Engenharia - Azulão	BRL 1.978.523	BRL 1.978.523	06/2021	BRL 6.657
Pottencial	Seguros Garantia	BRL 245.294	BRL 245.294		
Pottencial	Seguro Garantia (13ª Rodada)	BRL 18.000	BRL 18.000	03/2023	BRL 94
Junto Seguros	Seguro Garantia (14ª Rodada)	BRL 59.327	BRL 59.327	04/2025	BRL 2.625
Junto Seguros	Seguro Garantia PEM (Oferta Permanente)	BRL 54.188	BRL 54.188	05/2027	BRL 646
Junto Seguros	Seguro Garantia Participação (Oferta Permanente)	BRL 780	BRL 780	12/2021	BRL 3
Pottencial/Fator	Seguro Garantia Pfiel Cumprimento	BRL 96.389	BRL 96.389	04/2025	BRL 974
Pottencial/Fator	Seguro Garantia (Outros)	BRL 16.710	BRL 16.710	04/2023	BRL 382
Argo	Transporte Internacional	BRL 21.000	BRL 21.000		
	Importação	BRL 21.000	BRL 21.000	11/2021	BRL 36

29. Compromissos assumidos



Programa exploratório mínimo ("PEM")

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o saldo de PEM referente a 13ª e 14ª Rodadas, bem como da Oferta Permanente (1º ciclo), a ser cumprido perante a ANP está apresentado no quadro abaixo:

PEM com Seguro Garantia	UTs	Saldo em 2019	Adições	Baixas	Saldo em 2020
PN-T-84	2061	6.492	-	(6.492)	-
PN-T-101	7003	6.334	-	(6.334)	-
PN-T-103	7003	-	-	-	-
PN-T-146	1010	13.545	-	(4.545)	9.000
PN-T-163	1010	13.545	-	(4.545)	9.000
PN-T-117	400	8.200	-	-	8.200
PN-T-118	600	12.300	-	-	12.300
PN-T-119	600	12.300	-	-	12.300
PN-T-133	500	10.250	-	-	10.250
PN-T-134	600	12.300	-	-	12.300
PN-T-66	2673	-	176	-	176
PN-T-67ª	336	-	2.066	-	2.066
PN-T-102.A	1121	-	6.894	-	6.894
PN-T-68	1336	-	8.216	-	8.216
PN-T-47	1897	-	11.666	-	11.666
PN-T-48ª	1448	-	8.905	-	8.905
		95.266	37.923	(21.916)	111.273

Rodada 13

Para os blocos PN-T-146 e PN-T-163, em 21 de dezembro de 2019, foi concluído programa sísmico, garantindo o cumprimento integral do programa exploratório mínimo destes contratos, tempestivamente. Após validação técnica dos dados obtidos, as apólices foram devolvidas à Companhia no mês de abril de 2020. Em paralelo, foram apresentadas garantias financeiras no valor de R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais) a fim de assegurar o compromisso de perfuração de 01 (um) poço em cada um dos contratos, com término em 23 de junho de 2022.

Cabe também destacar a devolução dos blocos PN-T-101 e PN-T-84 à União, manifestada no dia 18 de dezembro de 2019. Devido à análise de dados técnicos, as garantias financeiras foram baixadas somente em janeiro de 2020.

Rodada 14

Os blocos da 14ª rodada (PN-T-117, PN-T-118, PN-T-119, PN-T-133 e PN-T-134) possuem um único período exploratório com um prazo de 6 anos, cujo início ocorreu em 2018. Nesses blocos a aquisição sísmica iniciará em 2021, após término do programa dos blocos PN-T-146 e PN-T-163. Estes dados promoverão o reconhecimento regional da área e serão suficientes para o cumprimento do PEM dos blocos da 14ª rodada.

Oferta Permanente – 1º Ciclo Licitatório

Adicionalmente, cabe destacar que a Companhia se sagrou vitoriosa no 1º Ciclo Licitatório da Oferta Permanente de Blocos Exploratórios e Acumulações Marginais, realizado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (“ANP”) em 10 de setembro de 2019. Em atendimento às exigências do Edital de Licitação, foram encaminhadas à ANP garantias financeiras que asseguram o cumprimento do programa exploratório mínimo dos blocos PN-T-66, PN-T-67A, PN-T-102A, PN-T-68, PN-T-47 e PN-T-48A. As garantias entraram em vigor a partir da assinatura dos contratos de concessão, em 14 de fevereiro de 2020.

Oferta Permanente - 2º Ciclo Licitatório

Por fim, cabe frisar que, apesar do êxito da Companhia na aquisição de 07 Blocos Exploratórios e 01 Acumulação Marginal (Juruá) no 2º Ciclo Licitatório da Oferta Permanente de Blocos Exploratórios e Acumulações Marginais, realizada em 04 de dezembro de 2020, as garantias financeiras associadas a esses novos contratos serão constituídas perante à ANP somente a partir do 2º trimestre de 2021.

30. Eventos subsequentes



Processo competitivo de desinvestimento do Polo de Urucu

Em 1 de fevereiro de 2020, a Companhia foi convidada pela Petróleo Brasileiro S.A. (“Petrobras”) para participar da fase de negociação dos termos e condições para a potencial aquisição da totalidade das participações da Petrobras em um conjunto de concessões de campos terrestres de exploração e produção de hidrocarbonetos (Polo Urucu) localizados na Bacia de Solimões, no Estado do Amazonas.

A assinatura dos contratos de venda está sujeita ao êxito das negociações, que envolvem aspectos comerciais e contratuais da transação a serem aprovados pelas instâncias decisórias de ambas as partes.

Declaração de comercialidade do Campo Gavião Belo

Em 26 de fevereiro de 2021, a Companhia apresentou à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), a declaração de comercialidade da acumulação Fortuna, descoberta no Bloco PN-T-102A, na Bacia do Parnaíba. Foi solicitado à ANP que a acumulação Fortuna receba a denominação de Campo Gavião Belo (GVBL), que é o décimo campo na Bacia do Parnaíba a ser declarado comercial.

Alienação de participação acionária relevante

No dia 3 de março de 2021, a Companhia foi informada pela Velt Partners Investimentos Ltda, que os veículos de investimento sob sua gestão (Veículos Velt), realizaram em conjunto, alienação de ações ordinárias, reduzindo sua participação total para 15.248.375 ações, equivalentes a 4,82% do total das ações ordinárias da Companhia.

Conselho de Administração

Jerson Kelman

Presidente

José Aurélio Drummond Jr

Vice-Presidente

Conselheiros:

Felipe Gottlieb

Guilherme Bottura

Lavinia Hollanda

Marcelo Pereira Lopes de Medeiros

Renato Antônio Secondo Mazzola

Diretoria

Pedro Zinner

Diretor Presidente

Lino Lopes Caçado

Diretor

Marcelo Campos Habibe

Diretor de Relações com Investidores

Controladoria

Ana Paula Alves do Nascimento

CRC-RJ 086983/O-0

Controller

Bruno Campelo de Azevedo

CRC-RJ 106648/O-9

Contador



Praia de Botafogo, 501 | Torre Corcovado, sala 404 B
Rio de Janeiro (RJ) | CEP: 22.250-040

+55 (21) 3721-3000

www.eneva.com.br



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da Eneva S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Eneva S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eneva S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Eneva S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e

nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Valor recuperável do imobilizado, intangível e investimentos

Conforme notas explicativas nº 12, 13 e 14 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia e suas controladas são requeridas anualmente a efetuarem teste de redução ao valor recuperável de ágios por expectativa de rentabilidade futura ('<i>Goodwill</i>') originados da aquisição de subsidiárias no segmento de térmicas a gás, classificado no intangível. Adicionalmente, também é requerida a avaliação quanto a existência de qualquer indicativo de perda por redução ao valor recuperável ('<i>impairment</i>') ou de reversão de perdas reconhecidas em exercícios anteriores para os demais ativos não financeiros nos segmentos de térmicas a carvão, térmicas a gás e <i>upstream</i>.</p> <p>A avaliação do valor recuperável das unidades geradoras de caixa (UGC) da Companhia e suas controladas foi efetuada para o ágio por expectativa de rentabilidade futura relativo a UGC de térmica a gás (Complexo de Parnaíba) e para o ativo imobilizado da UGC de Itaquí, no segmento de térmicas a carvão. Essa avaliação envolve julgamentos significativos utilizados nas projeções de fluxos de caixa futuros, incluindo o período projetivo, a demanda esperada de utilização das térmicas, preços de venda de energia esperados no ambiente regulado, gastos e custos associados para manutenção de equipamentos e insumos e taxas de desconto.</p> <p>Esse assunto foi tratado como significativo em nossa auditoria em função dos julgamentos complexos e do alto grau de subjetividade contido nas projeções de fluxos de caixa e na determinação das demais premissas relevantes elaboradas pela Companhia, que se fossem alteradas, poderiam resultar em valores</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, principalmente, os seguintes aspectos:</p> <p>Avaliamos o desenho dos controles internos chave relacionados ao processo de avaliação de indicativos de perda e apuração do valor recuperável das UGCs da Companhia e suas controladas.</p> <p>Avaliamos a política de aprovação dos orçamentos e da determinação das premissas e projeções dos fluxos de caixa utilizadas pela Administração da Companhia e suas controladas.</p> <p>Avaliamos, com auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, a metodologia e as principais premissas utilizadas nas projeções como o período projetivo, a demanda esperada de utilização das térmicas, preços de venda de energia esperados no ambiente regulado, gastos e custos associados para manutenção de equipamentos e insumos, taxas de crescimento e taxas de desconto, inclusive a consistência e a aderência dessas premissas às práticas usuais de mercado, e recalculamos a apuração dos valores recuperáveis.</p> <p>Adicionalmente, realizamos a conferência aritmética da apuração dos valores recuperáveis, confrontando-os com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e relatórios gerenciais elaborados pela Administração.</p> <p>Avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas sobre o teste de redução ao valor recuperável de ativos estão adequadas.</p>

<p>substancialmente diferentes daqueles utilizados na elaboração dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora.</p>	<p>No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetaram a mensuração e a divulgação sobre o teste de redução ao valor recuperável de ativos, que foram integralmente registrados e divulgados pela administração.</p> <p>Com base nos procedimentos e nas evidências obtidas na execução dos procedimentos acima resumidos, consideramos os valores contábeis do imobilizado, intangível e investimentos, bem como as divulgações relacionadas, como aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.</p>
--	---

Valor recuperável dos impostos diferidos ativos

Conforme nota explicativa nº 11 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia e suas controladas possuem saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, relacionados à prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, os quais foram reconhecidos com base em estudos que contém projeções utilizadas para fundamentar a disponibilidade de lucros tributáveis futuros.</p> <p>As projeções de resultados futuros desses estudos incluem premissas relevantes, principalmente referentes ao volumes de despacho e preços de venda de energia estimados, gastos para manutenção de equipamentos, gastos com insumos, assim como crescimento econômico projetado para o setor e investimentos de capital.</p> <p>Esse assunto foi tratado como significativo em nossa auditoria em função dos julgamentos complexos e do alto grau de subjetividade contido nas projeções elaboradas pela Companhia que, se fossem alteradas, poderiam resultar em valores substancialmente diferentes dos utilizados na elaboração dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, principalmente, os seguintes aspectos:</p> <p>Avaliamos o desenho dos controles internos chave relacionados ao processo de apuração dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos.</p> <p>Obtivemos o entendimento do processo de preparação das projeções de lucros tributáveis futuros elaboradas pela Companhia, incluindo a avaliação da política de aprovação dos orçamentos e da determinação das premissas e projeções utilizadas pela Administração da Companhia e suas controladas.</p> <p>Avaliamos, com auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, as principais premissas utilizadas na preparação das projeções que suportam o valor dos lucros tributáveis futuros, como volumes de despacho e preços de venda de energia estimados, gastos para manutenção de equipamentos, gastos com insumos, assim como crescimento econômico projetado para o setor e investimentos de capital, avaliando a razoabilidade, a consistência e a aderência às práticas usuais de mercado para as metodologias e os julgamentos utilizados na determinação das projeções. Também avaliamos a análise de sensibilidade na projeção de receita e dos custos, comparando-os com o resultado esperado de lucro tributável futuro e recalculando o limite do valor a ser registrado como imposto diferido ativo da Companhia e suas controladas.</p>

	<p>Adicionalmente, realizamos a conferência aritmética dos valores apurados com base nos fluxos de caixa futuros e resultados projetados, confrontando-os com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e relatórios gerenciais elaborados pela Administração.</p> <p>Avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas sobre imposto de renda e contribuição social diferido ativo estão adequadas.</p> <p>No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetaram a mensuração e a divulgação do imposto de renda e contribuição social diferido ativo que foram integralmente registrados e divulgados pela administração.</p> <p>Com base nos procedimentos e nas evidências obtidas na execução dos procedimentos acima resumidos, consideramos os valores contábeis de imposto de renda e contribuição social diferido ativo, bem como as divulgações relacionadas, como aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.</p>
--	---

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-0144/O-6 F-RJ


Luis Claudio França de Araújo
Contador CRC RJ-091559/O-4